

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE BALANÇOS COMO
FERRAMENTA GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE GRADUAÇÃO

**Cristiane Dalcin Paim
Lisiane Winter**

Santa Maria, RS, Brasil

2005

A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE BALANÇOS COMO FERRAMENTA GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO

por

Cristiane Dalcin Paim

Lisiane Winter

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

ORIENTADORA PROF. SELIA GRÄBNER

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

O Professor Orientador aprova o Trabalho de Graduação

**A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE BALANÇOS COMO FERRAMENTA
GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por
**Cristiane Dalcin Paim
Lisiane Winter**

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

PROFESSOR ORIENTADOR

Selia Gräbner

Santa Maria, novembro de 2005

RESUMO

Trabalho de Graduação
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE BALANÇOS COMO FERRAMENTA GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO

Autoras: Cristiane Dalcin Paim

Lisiane Winter

Orientadora: Selia Gräbner

Este trabalho apresenta os benefícios da utilização da análise de balanços na tomada de decisões gerenciais. Por meio de um estudo de caso, foram analisadas as demonstrações contábeis dos anos 2003 e 2004 (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) em seus aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais, sendo que a empresa examinada tem atividade exclusivamente comercial. Foi realizada uma análise externa, na qual, pelo exame documental e por informações obtidas dos proprietários e do contador responsável, ficaram esclarecidos detalhes importantes percebidos durante o processo de análise. Observou-se que a entidade utiliza as informações contábeis geradas pela análise mensal (fornecida pelo escritório de contabilidade) em seu processo decisório. Salienta-se que a análise feita neste estudo foi comparativa, onde examinou-se a evolução do patrimônio, quanto a diversos fatores como liquidez, endividamento e rentabilidade. Constatou-se um efetivo progresso em relação aos resultados, que variaram positivamente, demonstrando uma administração eficaz, responsável pelo mesmo. Foram propostas sugestões de reavaliação de alguns procedimentos, a fim de proporcionar uma maior segurança nas decisões, por meio da conscientização da relevância da informação contábil na administração de uma empresa.

Palavras – chave: análise de balanços, informação contábil e decisões gerenciais.

LISTA DE FÓRMULAS

FÓRMULA 01 – Participação de Capitais de Terceiros	43
FÓRMULA 02 – Composição do Endividamento	43
FÓRMULA 03 – Imobilização do Patrimônio Líquido	44
FÓRMULA 04 – Capital Circulante Próprio.....	44
FÓRMULA 05 – Imobilização dos Recursos Não Correntes	44
FÓRMULA 06 – Capital Circulante Líquido	44
FÓRMULA 07 – Liquidez Geral	45
FÓRMULA 08 – Liquidez Corrente	45
FÓRMULA 09 – Liquidez Seca	45
FÓRMULA 10 – Giro do Ativo.....	46
FÓRMULA 11 – Margem Líquida.....	46
FÓRMULA 12 – Rentabilidade do Ativo.....	46
FÓRMULA 13 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido	46
FÓRMULA 14 – Prazo Médio de Recebimento de Vendas	48
FÓRMULA 15 – Prazo Médio de Pagamento de Compras.....	49
FÓRMULA 16 – Prazo Médio de Renovação de Estoques	49
FÓRMULA 17 – Necessidade de Capital de Giro	50
FÓRMULA 18 – Retorno Operacional dos Investimentos.....	50
FÓRMULA 19 – Alavancagem Financeira	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial Atualizado e Reclassificado de 2003 e 2004	61
TABELA 02 - Análise Vertical e Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício Atualizada e Reclassificada de 2003 e 2004	62
TABELA 03 - Análise por meio de Índices	63

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2003	
Atualizado	69
APÊNDICE B - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2003 Atualizada	71
APÊNDICE C - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2004	
Atualizado	72
APÊNDICE D - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2004 Atualizada	73
APÊNDICE E - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2003	
Atualizado e Reclassificado	74
APÊNDICE F - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2003 Atualizada e Reclassificada	75
APÊNDICE G - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2004	
Atualizado e Reclassificado	76
APÊNDICE H - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2004 Atualizada e Reclassificada	77

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2003	79
ANEXO B - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2003.....	82
ANEXO C - Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2004.....	85
ANEXO D - Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2004.....	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Aspectos Gerais.....	11
2.2 Demonstrações Contábeis.....	13
2.2.1 Balanço Patrimonial	13
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício	17
2.2.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.....	18
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	19
2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e outras demonstrações	19
2.3 Contabilidade Gerencial.....	22
2.4 Informações e Decisões Gerenciais.....	25
2.4.1 Sistema Contábil.....	25
2.4.2 Princípios Fundamentais de Contabilidade.....	27
2.4.3 Convenções Contábeis.....	28
2.5 Análise de Balanços	29
2.5.1 Usuários.....	34
2.5.2 Etapas no Processo de Análise.....	36
2.5.3 Metodologia e Métodos de Análise	41
2.5.4 Relatório de Análise	52
3. METODOLOGIA	54
4. ESTUDO DE CASO	55
4.1 Observações Iniciais.....	55
4.2 Relatório de Análise de Balanços.....	57
5. CONCLUSÃO	64
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICES	68
ANEXOS	78

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aborda o uso da análise de balanços como base para a tomada de decisões. Foi realizada uma análise das demonstrações de uma empresa comercial dos anos de 2003 a 2004, em Santa Maria-RS.

Tal estudo fundamenta-se na necessidade da utilização (por parte de todas as empresas) da contabilidade, como geradora de informações vitais para um bom funcionamento e sua continuidade.

Percebe-se esta necessidade na atual condição do mercado, cada vez mais competitivo e exigente, o que leva as empresas a buscarem o comprometimento com a excelência de suas atividades.

Com isso, embora a maioria das empresas ainda utilizem a contabilidade apenas para cumprir as obrigações fiscais e legais, verifica-se uma evolução no seu uso, ou seja, um direcionamento para a gestão.

Por meio da técnica contábil da análise de balanços, efetua-se o exame das informações relevantes para conduzir as decisões de forma a otimizar os resultados da empresa. Assim, as conseqüências de não aplicar a análise de balanços como ferramenta gerencial representa o problema abordado.

A análise de balanços (análise das demonstrações contábeis) visa apresentar minuciosamente os dados extraídos das demonstrações para gerar informações que comprovam a função da contabilidade como fonte de conhecimentos que proporcionam maior segurança na tomada de decisões.

Por meio dos exames efetuados, identifica-se os pontos fortes e fracos da empresa, tornando possível a sugestão de ações corretivas e a confirmação de procedimentos que estão adequados, buscando, portanto, a contínua melhoria da situação da entidade.

Os objetivos propostos são a apresentação da atual situação da empresa (por meio dos demonstrativos) e a utilização da análise de balanços como uma técnica de interpretação da informação contábil.

Inicialmente, o estudo divide-se em uma pesquisa bibliográfica, subdividida nos tópicos aspectos gerais, demonstrações contábeis, contabilidade gerencial, informações e decisões gerenciais e análise de balanços. Dentro de cada item, procurou-se evidenciar as principais informações relacionadas ao assunto abordado, enfatizando o tópico análise de balanços.

Neste último foram apresentados os objetivos, finalidade, importância, tipos de análises, fatores modificadores e limitações desta, usuários e preparação das demonstrações contábeis, detalhando as etapas, metodologia e métodos de análise, bem como noções sobre diagnóstico e relatório.

Portanto, buscou-se, após o referencial teórico, a apresentação de um relatório de análise de balanços que comprove o auxílio obtido quando esta é efetuada ou identifique as melhorias que poderiam ter ocorrido, no caso da sua não aplicação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos Gerais

Devido a atual competitividade, as empresas buscam o constante aprimoramento da qualidade de seus produtos e serviços; para isto, além do estudo do ambiente externo à organização, devem ser observados os fatores internos, principalmente no que diz respeito às deficiências na tomada de decisão.

Em relação a estas dificuldades, ressalta-se o alto grau de incerteza durante o processo decisório, que na maioria das vezes poderia ter bases mais sólidas. Tal fundamentação pode ser obtida por meio dos demonstrativos contábeis, geradores de relatórios detalhados, gráficos e outros recursos necessários para facilitar o entendimento dos usuários.

A origem destes recursos é a contabilidade, definida por Ludícibus *et al* (2000) como um sistema de informação e avaliação provedor de demonstrativos e análises sobre a entidade. Representa um sistema de informação por extrair dos dados informações relevantes que, detalhadas e contextualizadas, originam relatórios. É um sistema de avaliação porque, por meio do estudo dos relatórios produzidos, define a situação da empresa.

Da mesma forma, conceituam Perez Junior e Begalli (1999, p.13):

A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo o método de trabalho consiste simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento e sua evolução em determinado período.

Assim, a área contábil é de grande importância para a tomada de decisão, visto que possui todos os registros da atividade da empresa, suas operações, qualidades e defeitos, seu desempenho comparado com anos anteriores, enfim, todas as coordenadas a serem seguidas para a realização dos objetivos.

Contudo, há empresários que vêem a área como mera burocracia, para atendimento das exigências legais e tributárias, não reconhecendo nenhum benefício gerado. Observa-se que um grande número de empresas ainda desconhece a sua importância, visto que consideram o trabalho do contador uma mera escrituração com objetivo de atendimento ao Fisco. Embora a tarefa de registro seja fundamental (pois de sua exatidão depende a realização da maioria das outras atividades contábeis), constitui-se na etapa inicial do processo contábil, sendo apenas uma face do mesmo.

Esta concepção decorre da dificuldade de interpretação nas informações produzidas, além de que estas normalmente identificam apenas fatos passados e não fornecem previsões; outro motivo é o fato da contabilidade divulgar apenas valores financeiros (numéricos), deixando a desejar na falta de destaque de informações importantes, como as quantidades em estoque que poderiam ser demonstradas em notas explicativas. As razões apresentadas desestimulam os proprietários, que enxergam a contabilidade útil apenas para fins legais, justamente por falta de um exame objetivo que esclareça os índices encontrados. Tal opinião é fruto do inadequado uso do sistema contábil, desconhecendo o fim a que realmente se destina: o estudo e acompanhamento da evolução do patrimônio das entidades.

Para Pereira e Scarparo (1973, p.1):

O dirigente ou executivo de empresa que não souber interpretar um balanço de capitais ou de resultados, analisando-os isolada e comparativamente, estará deixando de utilizar um manancial de informações que a contabilidade possui e, muito menos, terá condições de dialogar com o seu contador ou entender seus relatórios.

Assim, entende-se que a análise econômica e financeira dos resultados de uma empresa tem importância vital para que o proprietário realize o gerenciamento consciente da mesma.

O entendimento acima remete aos objetivos da contabilidade atual, considerada uma ciência gestora do patrimônio e base para as deliberações em relação a este.

Segundo Franco (1989, p.19):

*A contabilidade alcança sua finalidade através do registro de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do *patrimônio administrado*, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.*

Pode-se entender que a empresa tem na ciência contábil uma indispensável ferramenta, capaz de registrar e armazenar as atividades desenvolvidas, participando das etapas de planejamento e gerenciamento das operações e resultados.

De acordo com Marion (1998, p.24):

Ressaltamos, entretanto, que a contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, a auxiliar as pessoas a tomarem decisões.

Conforme Li (1977, p.27):

A tomada de decisões e o planejamento antecipado que afetam o futuro da empresa exigem dados relevantes em relação ao futuro. A Contabilidade, como instrumento para as funções de controle e de planejamento da administração, é projetada no sentido de fornecer dados suplementares, de maneira sistemática e oportuna, para facilitar a avaliação, seleção e subsequente análise dos planos.

Pelo conceito acima, entende-se que a finalidade da contabilidade é informativa, não sendo possível esta ser descomprometida com a fundamentação do processo gerencial. Seu objetivo principal não é apenas ser um banco de dados, mas uma contínua fonte de informações úteis que gerem decisões racionais.

2.2 Demonstrações Contábeis

2.2.1 Balanço Patrimonial

Segundo Crepaldi (1999, p.169):

Após os registros contábeis das operações realizadas no decorrer do exercício social, as entidades devem tomar uma série de providências de natureza contábil e administrativa, com a finalidade principal de elaborar as demonstrações contábeis, também chamadas demonstrações financeiras.

Portanto, o produto da contabilidade são as demonstrações contábeis ou financeiras. De acordo com Franco (1989, p.33):

Por *demonstrações contábeis* entendemos todo e qualquer tipo de representação, parcial ou global, e componentes patrimoniais ou de variações do patrimônio, extraídas de livros ou registros contábeis.

Segundo Braga (1999, p.70): “são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral.” Como finalidade, têm a apresentação das informações sobre a situação patrimonial para avaliação dos usuários internos e externos.

As demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária (Lei nº. 6.404/76) são o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou Demonstração de Mutações

do Patrimônio Líquido) e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, todas apresentadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Ressalta-se que, conforme Perez Junior e Begalli (1999, p.58): “As Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplica es de Recursos são exigidas somente para as sociedades an nimas.”

Como parte integrante das demonstra es, existem as notas explicativas, que visam maior clareza das informa es para melhor compreensão dos usuários. Segundo Marion (1997, p.52):

Há certas informa es que se tornam difíceis de ser indicadas nas demonstra es financeiras, por exemplo: mudança de critério contábil, garantias oferecidas aos bancos que concederam empréstimos, taxa de juros etc. Estas informa es, portanto, serão evidenciadas em notas explicativas.

Dentre as demonstra es contábeis, o Balanço Patrimonial   aquela que evidencia o estado da entidade em um momento específico (normalmente, no fim do ano). Sobre este assunto, escreve S  e S  (1995, p.52): “  o balanço que encerra o resultado e a situa o integral da empresa ou da entidade;   o quadro demonstrativo do patrimônio, de toda a situa o global.”

Conforme Crepaldi (1999, p.171):

  um demonstrativo contábil que, em dado momento apresenta de forma sint tica e ordenada as contas patrimoniais agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obriga es que representam. Tem por finalidade apresentar a situa o patrimonial em dado momento.

Deste modo, o Balanço Patrimonial reflete as condi es financeiras e patrimoniais da empresa, sendo considerado um demonstrativo est tico. Na opinião de Crepaldi (1999, p.20): “Sob o aspecto *est tico*, o patrimônio da empresa   apresentado em sua composi o, em determinado momento.   uma “fotografia” do patrimônio.”

Estruturalmente, o Balanço Patrimonial geralmente apresenta-se em duas colunas: O Ativo (na esquerda) e o Passivo e Patrimônio Líquido (na direita).

A primeira coluna refere-se às aplica es de recursos. Para Ludícibus e Marion (1995, p.26): “São todos os bens e direitos de propriedade da empresa, avaliáveis em dinheiro, que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa.”

Em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido, indicam a origem dos recursos aplicados: o primeiro evidencia as obrigações da entidade com terceiros e o segundo, demonstra recursos dos proprietários aplicados naquela.

Quanto à importância do demonstrativo citado, salienta-se que por meio deste, extraem-se dados de maneira sintética permitindo o conhecimento e a análise do patrimônio, ou seja, a análise de balanços.

Dentre as finalidades do Balanço Patrimonial, Crepaldi (1999) cita o atendimento às exigências da legislação comercial e tributária, o embasamento para os administradores e o fornecimento de informações econômico-financeiras ao mercado (atendendo as necessidades de informação de cada usuário).

A respeito das principais contas desta demonstração, apresentam-se no Ativo, em grau decrescente de liquidez, dividindo-se nos seguintes grupos: Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente (dividido em Investimentos, Imobilizado e Diferido).

O Ativo Circulante contém valores a receber a curto prazo. Para Neves e Viceconti (1997, p.283) incluem “[...] direitos realizáveis, estoques e as aplicações de recursos em despesas antecipadas.”

O grupo seguinte representa ativos de menor liquidez (capacidade de transformação em dinheiro) do que o Ativo Circulante; contém, dentre outras contas, empréstimos ou adiantamentos a sociedades coligadas, a diretores e acionistas.

Escreve Ludícibus (1998, p. 45) sobre o Ativo Permanente “São aqueles ativos que dificilmente serão vendidos [...] são itens sem nenhuma liquidez para a empresa.”

O autor acima também esclarece a subdivisão deste grupo nos três seguintes: Investimentos (participações em sociedades e aplicações de característica permanente não destinadas à atividade operacional, como terrenos e obras de arte), Imobilizado (bens destinados para a atividade operacional, como exemplo, a sede da empresa e veículos) e Diferido (aplicações de recursos em gastos que gerem receita ou influenciem o resultado de mais de um exercício social, como gastos pré-operacionais).

Sobre o Passivo, divide-se em Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido respeitando uma ordem decrescente de exigibilidade (prazo para pagamento).

O Passivo Circulante contém obrigações de curto prazo, dentre elas, as contas a pagar. A seguir há o Exigível a Longo Prazo, que compreende contas com menor exigibilidade (dívidas a serem liquidadas com prazo superior a um ano). Neste grupo, integram empréstimos de sócios.

Conceituam o grupo Resultado de Exercícios Futuros os autores Neves e Viceconti (1997, p. 286): “Compreende as receitas de exercícios futuros diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.”

Salienta Iudícibus (1998, p.47):

Devem compor este grupo as receitas recebidas ou faturadas antecipadamente que não corram o risco de devolução por parte da empresa, tais como aluguel recebido antecipadamente (com cláusula de não-reembolso).

O Patrimônio Líquido corresponde ao capital investido inicialmente mais o lucro acumulado (não distribuído). Destacam-se as Contas de Reservas que segundo Neves e Viceconti (1997, p. 287): “São parcelas do Patrimônio Líquido que excedem o valor do capital social integralizado.”

As Reservas são divididas em Reserva de Capital (formadas pelos proprietários e por terceiros, não constituindo receitas ou ganhos), Reservas de Reavaliação (são as contrapartidas de aumentos de valor ao Ativo Permanente) e Reservas de Lucros (retenção de lucros).

Neves e Viceconti (1997) subdividem as Reservas de Lucros em: Legal, Estatutárias, para Contingências, de Lucros para Expansão, de Lucros a Realizar e de Lucros para Dividendos Obrigatórios.

Convém citar, conforme os autores acima, que compõem também o Patrimônio Líquido as Contas Retificadoras (Capital Social a Realizar, Ações em Tesouraria e Dividendos Distribuídos Antecipadamente).

Ressalta-se que, na análise do Balanço Patrimonial de uma empresa comercial, algumas contas merecem maior atenção. Os Estoques devem ser planejados, em relação à sua variação, levando-se em conta, além dos fatores internos, influências externas (como retrações do mercado). As Contas a Receber, em relação ao seu prazo, têm grande importância para a manutenção das atividades operacionais da organização.

Note-se que, no Passivo Circulante, obrigações como dívidas com fornecedores de mercadorias, impostos a recolher e empréstimos são relevantes ao estudo.

Deste modo, pelo que já foi exposto, reconhece-se o Balanço Patrimonial como uma demonstração essencial a ser detalhada na análise de balanços, pela visão geral que proporciona.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Na opinião de Crepaldi (1999, p.213): “A Demonstração do Resultado do Exercício – DRE é uma demonstração financeira imprescindível para a elaboração do Balanço Patrimonial. Deve, inclusive, preceder o levantamento deste último.” Tal necessidade deve-se ao fato de que, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício, todas as contas de resultado são zeradas a fim de encontrar o lucro ou prejuízo do período (que integra o Balanço Patrimonial).

De acordo com Matarazzo (2003, p.45): “A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa.” Nesse sentido, entende-se que as receitas geram aumentos do Ativo (aumentando o Patrimônio Líquido) e as despesas têm efeito de redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível, diminuindo, assim, o Patrimônio Líquido.

A demonstração acima é considerada um detalhamento das receitas e despesas da organização no período de doze meses. Declara Ludícibus *et al* (2000, p.293): “O objetivo da Demonstração do Resultado do Exercício é fornecer aos usuários das demonstrações financeiras da empresa, como já indicado, os dados básicos e essenciais da formação do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício.”

A apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício discrimina várias contas partindo da receita bruta de vendas e serviços até determinar o resultado do exercício e seu montante por ação do capital social.

É importante destacar que há uma estrutura a ser seguida, por meio da qual são efetuadas adições e subtrações das contas, chegando a um valor que determina o desempenho da entidade no período. Ressalta-se, entretanto, que há grupos de contas que são determinantes para encontrar tal desempenho, como a receita de vendas e serviços e os custos dos respectivos, além das despesas.

2.2.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Por meio da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados extraem-se informações fundamentais. Para Ludícibus (1998) nesta demonstração serão evidenciadas a determinação da distribuição dos dividendos ou o reinvestimento do Lucro Líquido na própria empresa (retenção), antes de serem indicados no Balanço Patrimonial.

O mesmo autor esclarece que após o encerramento da Demonstração do Resultado do Exercício e apuração do lucro líquido, o mesmo será transportado para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados a fim de decidir sua destinação. A parcela que ficar retida será levada para o Balanço Patrimonial (Patrimônio Líquido).

Em se tratando de sua finalidade, diz Ludícibus *et al* (2000, p.323): “Esta demonstração possibilita a evidenciação clara do lucro do período, sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.”

Observa-se que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados é obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de sociedade; porém, para as companhias abertas, a Comissão de Valores Mobiliários fixou a obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (que conterà a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados), mesmo que esta, pela Lei nº. 6404/76 não seja obrigatória.

Sobre o que contém essa demonstração, Crepaldi escreve (1999, p.216):

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados discriminará:
I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Sobre os ajustes de exercícios anteriores, estes são os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro atribuído a exercício anterior (desde que não possa ser relacionado a fatos posteriores). A respeito dos dividendos a demonstração acima deverá indicar o montante desses por ação do capital social.

2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para as Sociedades Anônimas, convém mencionar a explicação de Fabretti (2003, p.79): “Na prática, as S.A. elaboram apenas a demonstração da mutação do patrimônio líquido que já informa a de lucros ou prejuízos acumulados.”

Para Iudícibus (1998, p.59):

Ao contrário da DLPA (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados), a *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)* evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do Patrimônio Líquido ocorrida durante o exercício. Assim, todo o acréscimo e diminuição do Patrimônio Líquido é evidenciado através desta demonstração, bem como da formação e utilização das reservas (inclusive aquelas não originadas por lucro).

A utilidade da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é explicada por Iudícibus *et al* (2000, p.331): “[...] é particularmente importante para as empresas que tenham o seu Patrimônio Líquido formado por diversas contas e mantenham com elas inúmeras transações.”

Nota-se que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é essencial para a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, pois algumas variações no Patrimônio Líquido significam origens ou aplicações de recursos.

2.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e outras demonstrações

Conceituam Sá e Sá (1995, p.143) a DOAR

Demonstração que acompanha o Balanço do Exercício com a finalidade de evidenciar a dinâmica dos elementos que compõem o sistema da liquidez financeira de uma empresa. Procura evidenciar as origens ou proveniências dos recursos obtidos e a destinação que aos mesmos foi dada, tudo em relação ao exercício.

Iudícibus *et al* (2000) ressalta que os financiamentos são as origens de recursos e que as aplicações destes são os investimentos.

Esclarece-se que recursos não representam somente dinheiro ou disponibilidades, mas o Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante menos o Passivo Circulante). Portanto, segundo Matarazzo (2003) a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos permite compreender o fluxo destes ao longo do exercício, possibilitando o estudo do aspecto financeiro, em relação aos investimentos e financiamentos como também quanto à capacidade de obtenção e aplicação

eficiente dos recursos.

Algumas empresas, apesar de não estarem obrigadas, elaboram outras demonstrações como ferramentas para auxílio na análise, como o Balanço Social e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Para Sá e Sá (1995, p.54) o Balanço Social

[...] busca evidenciar o papel que a empresa representa em seu ambiente social, ou seja, a contribuição que ela trouxe através de impostos, de previdência social, de mão-de-obra absorvida, de obras sociais, na educação, em suma, o que ela espelha como célula da sociedade a que pertence.

Iudícibus *et al* (2000) afirma que o Balanço Social subdivide-se em Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

O primeiro demonstra a posição da entidade em relação ao uso dos recursos naturais (preservação, investimentos, etc.). Já o Balanço de Recursos Humanos reflete as características dos funcionários, bem como investimentos em centros de recreação, hospitais, etc.

Sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Marion (2005, p.69) diz

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

O mesmo autor destaca a importância da DVA, pois a soma dos valores adicionados de um país demonstra seu PIB.

Em relação aos Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral, significam as ações da empresa que geram benefícios sociais, como doações a entidades assistenciais.

Outra demonstração a salientar é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que para Iudícibus *et al* (2000) tem como principal objetivo fornecer informações quanto a pagamentos e recebimentos (em dinheiro) ocorridos em um período.

Sobre a proposta de substituição da DOAR pela DFC, Silva (2004, p.100) ressalta “A DFC é um demonstrativo mais completo e mais simples de ser entendido que a DOAR. [...] Enquanto a DOAR mostra a variação do CCL, a DFC mostra a variação de caixa.”

Para as sociedades por ações há exigência de divulgação do relatório da administração e do parecer do conselho fiscal em conjunto com as demonstrações

contábeis, a fim de informar os fatos relevantes do exercício e os planos para os próximos. Quanto ao relatório da administração, Ludícibus e Marion (1995) definem que este conterá principalmente informações normalmente de caráter não-monetário, como indicadores de produtividade, desenvolvimento tecnológico e a posição no contexto sócio-econômico. Em relação ao parecer do conselho fiscal, descrito na Lei nº. 6.404/76, esta estabelece, dentre outras normas, a fiscalização dos atos dos administradores, a observação do cumprimento dos seus deveres e a análise do seu relatório anual.

Nas empresas abertas, as demonstrações serão examinadas por auditores independentes e o parecer destes será publicado em conjunto com aquelas. De acordo com Ludícibus e Marion (1995, p.20):

O auditor emite sua opinião informando se as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a Situação Patrimonial e a Posição Financeira na data do exame. Informa se as Demonstrações Financeiras foram levantadas de acordo com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos e se há uniformidade em relação ao exercício anterior.

Destaca-se que a preparação das demonstrações contábeis é de grande responsabilidade, devendo ser elaboradas seguindo os Princípios Fundamentais de Contabilidade, inspirando segurança pela expressão fiel das condições da empresa. Devem ser realizadas com o objetivo de posterior análise, permitindo a observação e confrontação dos elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento detalhado de sua composição para revelar as causas da situação atual e servir de base para delinear tendências. Em sua estrutura, deverão conter o máximo conhecimento para a preparação dos futuros relatórios.

Confirmando o entendimento acima, Crepaldi diz (1999, p. 247):

Uma das principais finalidades da Contabilidade é mostrar anualmente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas, que é resumida nas demonstrações financeiras, especialmente no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Resultado do Exercício. A relevação contábil pelo levantamento dos demonstrativos financeiros mostra os estados sucessivos em que se encontra o patrimônio depois dos atos de gestão realizados em cada período.

Em relação às necessidades gerenciais, mais atendidas serão quanto maior for o conhecimento da administração a respeito da entidade analisada, conhecimento que só é adquirido vivenciando o dia-a-dia da empresa e munindo-se de informações precisas.

Nesse sentido, conforme Assaf Neto (1987, p.71):

Somente através do entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se pode desenvolver avaliações mais apuradas das empresas. Mais especificamente todo processo de análise requer conhecimentos sólidos da forma de contabilização e apuração das demonstrações contábeis, sem os quais ficam seriamente limitadas as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa.

Portanto, é fundamental a elaboração adequada e transparente das demonstrações para realizar um estudo aprofundado e a comprovação de suas conseqüentes vantagens.

2.3 Contabilidade Gerencial

Dentre os segmentos da ciência contábil, destaca-se a contabilidade gerencial, área que trata a informação integrada ao planejamento, controle e tomada de decisão.

Segundo Figueiredo e Caggiano (1997), o planejamento seria um procedimento de reflexão que antecede a ação, direcionado para a tomada de decisão. Após esta organização dos recursos a serem empregados para execução dos planos estabelecidos, inicia-se a gestão (direção) dos mesmos, fase paralela ao controle (verificação da conformidade das ações com as metas), que é fundamental para a concretização de ações corretivas.

Conceitualmente, segundo Crepaldi (1998, p.18): “ A Contabilidade Gerencial é o ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais.” Deste modo, relaciona-se com a geração de informações para aqueles que estão na organização e que são responsáveis pela direção e controle das operações.

Para Sá e Sá (1995), a contabilidade gerencial se utiliza dos próprios instrumentos de levantamento e interpretação dos dados da empresa para informar, orientar e guiar a administração para tornar a gestão favorável.

Iudícibus (1998, p.21) destaca

A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

Assim, os gestores necessitam de conhecimentos que estejam em conformidade com o seu modo de gestão, ou seja, que falem do que eles precisam

saber, pois quanto maior a interação entre a instrução fornecida e suas necessidades, maior a sensatez das conclusões obtidas.

Por meio da coleta e trabalho dos dados, são formuladas as informações para auxílio no aperfeiçoamento da gerência. O objetivo da contabilidade gerencial não é apenas informar, mas informar para o melhor gerenciamento do patrimônio; para isso é necessário definir qual a meta a ser maximizada, coletar e trabalhar os dados e só depois prover modelo preditivo que suprirá o processo decisório (por exemplo, para a média e alta administração, seria mais importante saber o retorno sobre o ativo, sobre o patrimônio líquido, liquidez, endividamento, dentre outros).

Ludícibus (1998) ressalta, nesse sentido, que o modelo decisório do administrador considera cursos de ação futuros, ou seja, informações sobre o passado e o presente só serão úteis desde que proporcionem comparação e uma conseqüente estimativa.

Os usuários internos, responsáveis pela administração da entidade, precisam de relatórios que demonstrem a real situação, a fim de orientar planejamentos e estratégias. As observações devem ter como princípio básico a clareza e transparência, devem ser feitos não para especialistas e sim para leigos (situação em que se encontram a maioria dos proprietários). A justificativa é o direito dos titulares de entender o que se passa na empresa sem depender, para isso, da “tradução” dos contadores. Quanto aos administradores, embora tenham conhecimentos suficientes para uma boa interpretação, precisam explicar aos superiores a razão das políticas adotadas, para o qual utilizam os demonstrativos.

Crepaldi (1999) diz que, caso os sócios ou acionistas além da participação na empresa, sejam responsáveis pelas decisões, a quantidade e a qualidade das informações crescem devido a responsabilidade de gerenciar o futuro da organização.

Em relação a estas informações, Ludícibus (1998, p.22) esclarece

A análise financeira e a de balanços, por exemplo, tanto podem servir para o prestador de dinheiro na avaliação da segurança do retorno do empréstimo ou financiamento como para gerência na avaliação de tendência da empresa. Provavelmente, ambos se utilizarão de um bom número de índices calculados da mesma forma, com ênfases diferenciadas.

Portanto, entende-se que o autor acima explica que a contabilidade financeira e gerencial utilizam a mesma base, ou seja, a informação extraída das demonstrações contábeis e suas análises.

O objetivo da contabilidade gerencial, segundo Padoveze (2000), é simplificar o planejamento, monitoramento, avaliação de desempenho e tomada de decisão interna, por meio dos relatórios. Entende-se que a principal finalidade daqueles é fornecer aos gerentes uma forma de controle do andamento em direção às metas, focalizando nos aspectos que merecem maior atenção.

Além disso, sabe-se que toda a organização deve estar comprometida com os planos fixados, fato que só é possível com a comunicação de tais objetivos. Nesse contexto, os relatórios gerenciais são uma forma de comunicação dos fatores fundamentais a serem seguidos para o êxito do que foi planejado. É essencial a sua contribuição para o fornecimento de dados úteis (facilitando o trabalho de quem precisa interpretá-los), que devem ser pensados como fonte de esclarecimentos e não como um amontoado de números sem utilidade; devem mostrar o que os índices “falam” sobre a evolução histórica e as tendências futuras.

Sobre a importância da contabilidade gerencial, Padoveze (2000, p.33) afirma

Entendemos que a Contabilidade Gerencial existe ou existirá se houver uma **ação** que faça com que ela exista. Uma entidade tem Contabilidade Gerencial se houver dentro dela pessoas que consigam traduzir os conceitos contábeis em atuação prática. Contabilidade Gerencial significa gerenciamento da informação contábil. Ora, gerenciamento é uma **ação**, não um existir. Contabilidade Gerencial significa o uso da Contabilidade como um instrumento da administração.

Conforme o exposto, não basta apenas a empresa possuir a informação contábil se esta não gerar conhecimento (que seja utilizado no processo decisório), pois desta forma não haverá contabilidade gerencial.

Destaca-se que, na visão sistêmica, a organização interage entre suas áreas e com o ambiente externo. Por isso, devem ser disponibilizadas informações a todos os setores da entidade, ou seja, direcionadas para a alta e média administração, além do setor operacional.

Considerando que a qualidade dos conhecimentos definirá a qualidade das determinações, o sistema de fornecimento de informações gerenciais deve ser preciso e consistente, inclusive para garantir a flexibilidade às mudanças do ambiente.

Estes registros devem suprir a urgência de informações no menor espaço de tempo, comum no mercado de rápidas e contínuas mudanças, compatível com uma contabilidade voltada ao futuro, antecipando riscos eminentes.

Para Atkinson (2000, p.37):

Embora a informação gerencial contábil não possa garantir o sucesso dessas atividades organizacionais críticas, seu mau funcionamento resultará em severas dificuldades para as empresas. Sistemas de contabilidade gerencial efetivos podem criar valores consideráveis, fornecendo informações a tempo e precisas sem as atividades requeridas para o sucesso das empresas atuais.

Assim, a utilidade da contabilidade gerencial é evidenciada por meio de um sistema de informações direcionado (que preencha todas as necessidades dos administradores), cuja eficiência reside no fato de que para a tomada de decisões é fundamental um prévio estudo dos demonstrativos contábeis e de que, quanto mais eficientes forem estes, maior o grau de confiabilidade contido nas informações.

2.4 Informações e Decisões Gerenciais

2.4.1 Sistema Contábil

A origem das informações são as demonstrações contábeis que, com determinado nível de clareza e concisão, possibilitam uma ampla visão da empresa e asseguram a efetiva obtenção e aplicação dos recursos.

Conforme Stair e Reynolds (2002, p.4): “Dados consistem em fatos não trabalhados [...]” e “Informação é uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos.”

Dado contábil, para Sá e Sá (1995, p.139) é “Informe que serve de base para um registro na escrita contábil.” Identifica-se que a interpretação deste dado produz a informação, cujo valor relaciona-se especialmente com a capacidade de redução de incerteza no processo gerencial.

Em relação a quantidade de conhecimento, um dos pressupostos básicos a serem seguidos é que este seja o mínimo necessário para a redução da incerteza ao menor custo possível.

Quanto mais informações mensuradas forem transmitidas, maior a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento. Porém, quantidade simplesmente não basta, é necessário qualidade, pois em número exagerado vira empecilho para a agilidade. Por isso, informações objetivas têm maior valor, mas apenas são obtidas se houver conhecimento profundo sobre a empresa, suas metas e evolução (para saber o que relatar no estudo realizado). Uma organização que não

possua sistema contábil gerador de informações não terá, de maneira transparente, comprovação de que está seguindo na direção desejada.

Segundo a Resolução CFC nº. 785 (2004), a informação contábil deve ter os seguintes atributos: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade, descritas abaixo:

- Confiabilidade: base das decisões, fundamenta-se na veracidade, totalidade e pertinência do seu conteúdo;
- Tempestividade: a divulgação da informação em tempo hábil para ser utilizada;
- Compreensibilidade: clareza para facilitar o entendimento do usuário;
- Comparabilidade: fornecer a evolução da informação ao longo do tempo.

A administração deve avaliar a viabilidade da manutenção do sistema de informação contábil, ponderando a relação custo-benefício trazida pelo mesmo.

Segundo Padoveze (2000, p.42):

Podemos definir *Sistema de Informação* como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.

Para o autor acima, dividem-se os sistemas de informação em Sistemas de Informação de Apoio às Operações e Sistemas de Informação de Apoio à Gestão; o primeiro objetiva auxiliar a execução de funções operacionais e o segundo preocupa-se com a gestão econômico-financeira da empresa, dentro do qual se encontra o Sistema de Informação Contábil.

Conforme Horngren (1985, p.4): “Um Sistema Contábil é um meio formal de se reunir dados para ajudar e coordenar decisões coletivas à luz das metas ou objetivos gerais de uma organização.”

Na opinião de Sá e Sá (1995, p.442) sistema contábil é

Conjunto de normas relativas à técnica ou à ciência da Contabilidade; conjunto de conhecimentos de natureza contábil, dispostos em sistema; processo de registros contábeis particulares.

Apesar dos conceitos expostos, observa-se que a relevância do sistema de informações dificilmente é analisada; nestes casos, a informação não é produzida para evidenciar sua função identificadora de tendências. Justifica-se, então, a dificuldade no gerenciamento causada pela inexistência de um sistema informativo consistente ou pela ineficiência do seu uso.

Ao contrário, se este sistema for construído propondo-se ao uso de uma linguagem simplificada e de fácil compreensão atenderá a necessidade de cada usuário por meio de análises.

Entende-se por usuários também as pessoas que trabalham na empresa, independente do setor onde atuem. Para o sistema contábil ser percebido em sua totalidade, Padoveze (1998, p.112) define

[...] há necessidade de se aplicar ao sistema de informação contábil o enfoque sistêmico, pois, além de ser um sistema de informação, a contabilidade, como um sistema aberto, está inserida dentro do ambiente do sistema empresa.

Assim, conclui-se que para um sistema contábil fornecer informações produtivas, deve interagir com o sistema empresa, ou seja, tais informações devem ser estudadas considerando o seu conjunto. Por exemplo, ao examinar uma variação em determinada conta de uma demonstração, é preciso verificar, além dessa, o demonstrativo em geral, considerando também os fatores externos que podem ter influência naquela situação.

2.4.2 Princípios Fundamentais de Contabilidade

Para a execução correta das análises, devem ser obedecidos determinados princípios: os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Quanto a estes, segundo Fabretti (2003, p.56): “são diretrizes lógicas que norteiam a escrituração e as demonstrações contábeis.”

Quanto aos Princípios de Contabilidade, para Ludícibus (1998), os mais relevantes são: da Entidade, da Continuidade, do Custo Histórico como Base de Registro Inicial, da Realização da Receita, da Competência dos Exercícios e do Denominador Comum Monetário.

O Princípio da Entidade para Fabretti (2003) define a entidade (pessoa jurídica de direito público ou privado) e seu patrimônio como diferente das pessoas físicas ou jurídicas de seus sócios e respectivos patrimônios.

Sobre o Princípio da Continuidade, Crepaldi (1999, p.23) explica “Quando se faz a contabilidade de uma entidade, parte-se do pressuposto de que a mesma continuará existindo por tempo indeterminado.” Por meio deste princípio, considera-se, então, que a entidade existirá por tempo indefinido.

O Princípio do Custo Histórico como Base de Registro Inicial é compreendido por Fabretti (2003, p.58) da seguinte forma “[...] tomar como valor contábil o custo original de aquisição dos bens e direitos e da assunção das obrigações.” Como exemplo, ao adquirir um ativo, este será registrado pelo preço pago na aquisição somado aos desembolsos para colocá-lo em funcionamento ou venda.

Escreve Ludícibus *et al* (2000, p.55) sobre o Princípio da Realização da Receita

A receita é considerada realizada e, portanto, passível de registro pela Contabilidade, quando produtos ou serviços produzidos ou prestados pela Entidade são transferidos para outra Entidade ou pessoa física com a anuência dessas e mediante pagamento ou compromisso de pagamento especificado perante a Entidade produtora...

Conclui-se então que a receita somente será realizada quando do seu efetivo recebimento.

Afirma Fabretti (2003, p.57) em relação ao Princípio da Competência dos Exercícios “[...] as receitas e despesas devem ser atribuídas aos períodos em que forem incorridas e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro.” Deste modo, a receita ou despesa deve ser reconhecida em períodos específicos, independente de desembolsos ou recebimentos de numerário.

Concluindo, Ludícibus *et al* (2000, p.54) esclarece o Princípio do Denominador Comum Monetário “As Demonstrações Contábeis sem prejuízos dos registros detalhados de natureza qualitativa e física, serão expressas em termos de moeda nacional de poder aquisitivo da data do último Balanço Patrimonial...” Por meio deste princípio normatizou-se que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas em moeda corrente do país.

Portanto, é imprescindível que estas sejam efetuadas seguindo os princípios citados, o que confirma Fabretti (2003, p.56): “Sem essa unidade lógica no trato da contabilidade não haverá certeza de que se está analisando elementos e valores do mesmo gênero e espécie.”

2.4.3 Convenções Contábeis

Fabretti (2003) esclarece que a função das Convenções Contábeis é restringir, limitar ou até mudar aspectos dos princípios.

Para Silva (2004, p.81):

A convenção da Objetividade decorre da necessidade de critérios objetivos para serem adotados pela contabilidade, isto é, critérios que envolvam a

menor subjetividade possível, para evitar o viés que possa decorrer da interpretação pessoal do contador ou de outro avaliador.

Assim, entende-se que a contabilidade deve adotar em primeiro lugar os valores objetivos.

Iudícibus (1998, p.36) explica a Convenção da Materialidade

Esta convenção reza que, a fim de se evitarem desperdícios de tempo e dinheiro, devem-se registrar na Contabilidade apenas os eventos dignos de atenção, pela sua materialidade e no momento oportuno.

Expressa que é preciso medir a importância de um valor quanto a sua influência no resultado ou na compreensão da informação trazida pela contabilidade.

A Convenção do Conservadorismo (Prudência) significa, segundo Fabretti (2003, p.60): “Sempre que houver alternativas válidas para atribuir valores diferentes a um elemento do patrimônio, haverá entidades que optam pelo mais baixo para o ativo e pelo mais alto para o passivo.” Portanto, evita interpretações erradas que poderiam ocorrer pela sua não-observância, como a superavaliação de uma receita.

A Convenção da Consistência para Iudícibus *et al* (2000, p.62) significa

A Contabilidade de uma entidade deverá ser mantida de forma tal que os usuários das demonstrações contábeis tenham possibilidade de delinear a tendência da mesma com o menor grau de dificuldade possível...

Deste modo, observa-se que apesar de existirem diversos procedimentos contábeis de registro, ao ser adotado um, este deverá ser mantido nos períodos subsequentes.

Seguindo os princípios e convenções acima, torna-se possível realizar a análise de balanços, que pretende demonstrar nos mínimos detalhes os resultados obtidos e, conseqüentemente, reduzir a incerteza no processo decisório.

2.5 Análise de Balanços

A análise de balanços é considerada, simplificada, o estudo das demonstrações contábeis com a finalidade de extrair informações mais realistas sobre a entidade examinada, objetivando a melhora de sua situação.

Para Padoveze (2000, p.131):

A Análise de Balanços constitui-se num processo de meditação sobre os demonstrativos contábeis objetivando uma avaliação da situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros.

Sá e Sá (1995, p.24) conceituam a análise de balanços como

estudo da situação de uma parte, sistema de partes ou do todo patrimonial de uma empresa ou entidade, através da decomposição de elementos e levantamento de dados que consistem em relações diversas que entre si possam ter tais elementos, visando-se a conhecer a realidade de um estado ou ajuizar os feitos de uma administração sob certo ponto de vista.

Deste modo, entende-se que a análise de balanços interpreta os registros contábeis, transformando tais dados em informações e, assim, tornando-os acessíveis à compreensão dos usuários, tanto em relação ao estado da entidade, quanto à maneira como está sendo administrada.

De acordo com Assaf Neto (1987, p.143):

Através das demonstrações contábeis por uma empresa pode-se extrair, por um processo de análise, série de informações e conclusões sobre a sua posição financeira e econômica, por exemplo, um analista poderá obter conclusões sobre a atratividade de investir sobre ações de determinada companhia, se um crédito solicitado merece ou não ser atendido, se a capacidade de pagamento (liquidez) está boa ou má, se existe rentabilidade adequada na atividade operacional da empresa, e assim por diante.

Desta forma, a análise de balanços ressalta os aspectos positivos e negativos da entidade e, assim, contribui para sua manutenção no mercado, com uma apresentação adequada dos índices e posterior interpretação dos mesmos, de acordo com o foco desejado por cada usuário, culmina no estudo eficaz da contabilidade.

Contudo, conforme explica Braga (1999, p.124):

[...] tanto mais eficiente será a análise quanto melhor for o conhecimento do analista a respeito das operações da empresa analisada, conhecimento este que se estende à política administrativa em todos seus aspectos internos e externos.

Entende-se que o analista deve conhecer em nível suficiente a entidade estudada, para cumprir sua função. A análise isolada dos índices é insuficiente para aprimorar a qualidade esclarecedora, pois não considera outras variáveis que estão no sistema.

É importante destacar que tal sistema de informações deve ter a abrangência suficiente para ser usado por todos os níveis da empresa. O oposto do que acontece, principalmente se analisado o alto índice de falência das pequenas empresas, que revela a falta de comunicação entre as áreas (causadora de decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis, devido à existência de uma contabilidade distorcida e elaborada somente para fins fiscais).

Segundo uma pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2004 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que analisou as causas do fechamento das empresas

Na opinião dos empresários que encerraram as atividades, encontram-se em primeiro lugar entre as causas do fracasso questões relacionadas a falhas gerenciais na condução dos negócios, expressas nas razões: falta de capital de giro (indicando descontrole de fluxo de caixa), problemas financeiros (situação de alto endividamento), ponto inadequado (falhas no planejamento inicial) e falta de conhecimentos gerenciais.

Pelo descrito acima, identifica-se uma característica comum entre todas as razões: falha no uso do sistema de informação contábil. Isto fica mais claro na questão da insuficiência dos conhecimentos gerenciais, mas um planejamento inadequado e problemas na análise dos índices também refletem uma contabilidade desconectada com o processo decisório, inadmissível num momento em que as decisões das empresas podem levar a vantagens competitivas: escolhas como a melhor alternativa tributária, opções de financiamento, fornecimento de bens, influem decisivamente no futuro.

Em se tratando dos objetivos da análise de balanços, Matarazzo (2003, p.15) define “A Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.”

Tais decisões só poderão ser satisfatórias se o analista comparar as demonstrações contábeis e seus elementos (para compreender suas variações), concluir as causas da condição atual da empresa e estimar seu futuro.

Para Neves e Viceconti (2002, p. 437) o objetivo da análise das demonstrações financeiras é

fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.

Portanto, em termos práticos, segundo Matarazzo (2003, p.17):

O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras, que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condição de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou continuará operando.

Especificamente, Sá e Sá (1995) consideram que a análise de balanços busca conhecer a capacidade de crédito, de solvência, as tendências de expansão de um negócio, a rentabilidade, etc.

Convém citar que a técnica acima envolve o estudo da situação econômica (o resultado obtido), financeira (condição de obtenção e aplicação de recursos) e patrimonial.

Sá e Sá afirmam (1995) que antes de iniciar a análise é necessário determinar a sua finalidade, decidindo a situação a ser enfocada.

Nesse sentido, Matarazzo (2003) confirma que a finalidade é encontrar os pontos críticos e permitir de maneira rápida que se faça um roteiro de prioridades para a resolução de problemas.

Quanto à importância da análise de balanços, o mesmo autor afirma (2003, p.28):

A Análise de Balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados.

Portanto, para Sá (2005, p.18):

Finalidade da técnica analítica contábil é a de conseguir opinião sobre um empreendimento, para suprir a múltiplos objetivos (conceder crédito, julgar gestões, prever continuidade dos negócios, etc.) visando a conhecer a "capacidade patrimonial e do empreendimento" em pagar, lucrar, ter vitalidade, equilibrar-se, ser eficiente, proteger-se contra o risco, dimensionar-se, cooperar com os agentes transformadores da riqueza.

Para atingir as finalidades citadas, é preciso identificar, em um primeiro momento, o tipo de análise a ser utilizada. Sá (2005) define dois tipos: análise externa e interna; na primeira, o analista está fora da empresa, limitado aos elementos que lhe forem fornecidos. Neste caso, são buscadas informações sobre cessão de crédito, investimentos em ações e controle de empresas.

Na análise interna, o mesmo autor explica que o analista realiza seu estudo dentro da instituição, dispondo de todos os elementos de verificação, produzindo um relatório com maior fidelidade. Se realizada periodicamente, tem o objetivo de controle (orientação para a gerência); quando eventual (em casos especiais) visa atender conforme Sá (2005, p.32): "[...] casos de "intervenção" ou "fiscalização", para servir de base a controle especial."

Deve-se destacar que há fatores que influenciam na análise, sendo divididos em internos e externos. Dentre os internos, Sá (2005) caracteriza o tipo do empreendimento (objeto social, opção administrativa, local...), dimensão da empresa (quanto ao porte...), estados particulares do empreendimento (liquidação, fusão...).

Do mesmo modo, a centralização da gerência em um único administrador é considerada fator modificador no curso da análise, pois gera uma visão restrita.

Consideram-se, também, os fatores externos como a situação e tendências do mercado, o grau de influência deste sobre a empresa, a situação do ramo de negócio no qual está e as possibilidades de crescimento da mesma.

Em termos práticos, Ludícibus (1998, p. 84) atenta para os detalhes abaixo

- a) registros contábeis da empresa devem ser mantidos com esmero;
- b) ainda que o Departamento de Contabilidade da empresa realize um grande esforço para manter os registros de forma correta, é altamente desejável que os relatórios financeiros sejam auditados por auditor independente, ou pelo menos, tenha havido uma minuciosa revisão por parte da auditoria interna;
- c) é preciso tomar muito cuidado na utilização de valores extraídos de balanços iniciais e finais, principalmente na área de contas a receber e estoques, pois muitas vezes tais contas, nas datas de balanço não são representativas das médias reais de período;
- d) os demonstrativos objetos de análise devem ser corrigidos tendo em vista as variações do poder aquisitivo da moeda [...];
- e) a análise de balanços limitada a apenas um exercício é muito pouco reveladora, salvo em casos de quocientes de significação imediata [...].

Apesar disso, há limitações no processo de análise. Neves e Viceconti (2002) citam que fatores como a capacidade ociosa de máquinas e equipamentos podem ficar ocultos. Cabe salientar que não considerar as influências da economia, bem como possíveis distorções propositais em demonstrativos também dificultam o exame.

Como já foi abordado, para o exame em questão ser realizado é imprescindível a existência de fontes dessas informações. O próprio nome análise de balanços induz a perceber que as fontes são as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, etc.) e, além destas, os relatórios (como exemplo, Relatórios do Conselho da Administração) e pareceres (exemplo: Parecer do Conselho Fiscal).

Todavia, Ludícibus (1998, p.79) alerta que

O analista de balanços e o analista financeiro precisam conhecer intimamente o significado e as relações entre os principais demonstrativos contábeis. Fluxo de Rendas (fluxo de lucros), Fluxo de Capital de Giro Líquido e Fluxo de Caixa são conceitos diferentes, com finalidades diversas embora extraídos do mesmo conjunto básico de dados.

Assim, nota-se que as informações devem ser analisadas considerando a relação existente entre os demonstrativos e não de forma isolada.

2.5.1 Usuários

Deve-se atender aos interesses dos diversos usuários (administradores, credores, investidores, clientes, governo, concorrentes, empregados e sindicatos, bancos comerciais e de investimentos...), caso contrário a análise será ineficiente.

Para Matarazzo (2003, p.28): “Cada usuário está interessado em algum aspecto particular da empresa.” Padoveze e Benedicto (2004, p.77) enfocam que

Os maiores interessados são os próprios acionistas (shareholders). Contudo, uma série de outros interessados, sejam empresas, pessoas ou instituições que se relacionam com as empresas (stakeholders), sejam entidades que têm interesse social podem, querem ou devem utilizar-se dos relatórios contábeis para análise financeira.

Desse modo, torna-se necessário distinguir os interesses de cada usuário. Para os gestores, a análise de balanços, conforme define Matarazzo (2003, p.35): “[...] será utilizada como auxiliar na formulação de estratégia da empresa, e tanto pode fornecer subsídios úteis como informações fundamentais sobre a rentabilidade e a liquidez da empresa hoje em comparação com as dos balanços orçados.”

Porém, internamente, é lógico que existem outros aspectos fundamentais a serem diagnosticados conforme Padoveze e Benedicto (2004, p.78):

- a) avaliar a situação econômico-financeira da empresa em relação ao passado e em forma de evolução;
- b) verificar se as estruturas de ativo ou passivo estão se mantendo dentro do esperado;
- c) verificar se as estruturas de custos e despesas estão acompanhando as previsões;
- d) verificar se a rentabilidade está sendo adequada;
- e) verificar se todas as diretrizes tomadas estão sendo realizadas e representadas nas demonstrações contábeis;
- f) fazer confronto com os dados padrão esperados ou orçados;
- g) verificar se a geração do lucro está coerente com a geração esperada de caixa;
- h) antecipar os elementos para necessidades futuras de caixa;
- i) antecipar as possibilidades de destinação e distribuição de lucros;
- j) acompanhar a criação de valor empresarial e para os donos do capital;
- k) confrontar o valor contábil com o valor de mercado da empresa etc.

Principalmente, para os administradores, a importância da análise de balanços evidencia-se no controle, assim, Reis (2003, p.109) cita

Essa análise possibilitará aos administradores e empresários avaliarem, quanto ao passado, o acerto da gestão econômico-financeira e quanto ao

futuro a necessidade de correção nessa gestão e, em conjunto com outros elementos, as possibilidades de desenvolvimento das operações sociais.

Quanto aos credores, Reis (2003) salienta que buscam determinar a garantia dos capitais emprestados e o retorno nos prazos combinados.

Da mesma forma, Padoveze e Benedicto (2004) esclarecem que é preciso determinar o grau de liquidez, além de identificar a capacidade de geração de lucros futuros e de caixa, bem como o potencial da empresa em saldar suas dívidas dentro do prazo. Dentro desse grupo, os fornecedores avaliam a capacidade de pagamento das duplicatas no prazo definido; para isto, observam a liquidez e a geração de lucros e caixa.

Os investidores podem ser considerados os cotistas ou acionistas; segundo Reis (2003, p.109) a análise de balanços “[...] possibilita aos investidores avaliarem a remuneração e a segurança do seu investimento.”

Para Padoveze e Benedicto (2004), existem outros fatores que chamam a atenção do grupo acima; dentre eles, o potencial de lucros futuros (por rendimentos, aumento do valor da ação ou cota) e o fluxo regular de dividendos ou distribuição de lucros (capacidade de geração e política adotada). Há também o custo de oportunidade que, segundo Sá e Sá (1995, p.124) é “valor de custo que representa a vantagem que a empresa consegue abandonando determinados rendimentos para aceitar outros.”

Em relação à empresa como cliente, Matarazzo (2003) declara que a análise ocorre quando o fornecedor pode oferecer riscos ou possua problemas com o seu porte ou número existente no mercado. Conseqüentemente, entende-se que o cliente analisa qual fornecedor transmite maior confiança quanto aos seus serviços.

Usualmente, têm-se a idéia de que o governo acompanha o desenvolvimento das organizações somente para fins de recolhimento de impostos, porém Padoveze e Benedicto (2004) salientam a busca por informações para avaliação estatística, setorial ou macroeconômica (exemplo: IBGE, Banco Central, etc.).

Matarazzo (2003, p.36) complementa

O governo utiliza intensamente a Análise de Balanços em diversas situações. Por exemplo, numa concorrência aberta, provavelmente escolherá, entre duas propostas semelhantes, apresentadas por empresas em determinada concorrência, aquela que estiver em melhor situação financeira.

Para Padoveze e Benedicto (2004, p.83) os concorrentes objetivam “[...] mensurar as participações no mercado, estrutura patrimonial, de custos e rentabilidade, pontos fortes e fracos, etc.”. Compreende-se, portanto, que os concorrentes verificam a situação das outras empresas para estabelecerem critérios sobre si mesmos.

Os mesmos autores citam que, para os empregados, existem razões básicas para o interesse na análise das demonstrações: estabilidade no emprego, possibilidade de acréscimo de remuneração e de garantir benefícios (como programas de saúde). Os sindicatos monitoram os mesmos pontos, interessando-se, portanto, na saúde financeira da empresa e na sua capacidade de continuidade.

De acordo com Matarazzo (2003), os bancos comerciais procuram identificar a situação atual da empresa, além de estimar tendências; fatores como o endividamento do cliente também são enfatizados, mas aspectos de curto prazo são os que obtém maior destaque.

O autor acima diferencia que, para os bancos de investimento, a análise concentra-se na capacidade futura do cliente, devido ao prazo concedido ser maior. Porém, deve-se mencionar que os outros fatores também serão analisados.

2.5.2 Etapas no Processo de Análise

Para o exame de qualquer fator, é indispensável que sejam seguidas determinadas etapas no processo de análise, sendo elas: preparação dos dados, conversão dos dados brutos em informações e diferenciação das mesmas para os grandes grupos.

A primeira etapa refere-se à correção monetária e à reclassificação de algumas contas das demonstrações. Conforme Sá e Sá (1995, p.115), a correção monetária é “ato ou efeito de ajustar valores de acordo com a perda do poder aquisitivo da moeda.”

Em relação ao seu contexto histórico, Padoveze e Benedicto (2004) relatam que a legislação fiscal e comercial, no período de 01.01.78 até 31.12.95 tornou obrigatória a correção monetária das demonstrações contábeis. Conceituam-na, também, como a ação de corrigir monetariamente os ativos e passivos que necessitam de atualização monetária para a data do encerramento do balanço.

Como resultado, de acordo com Padoveze e Benedicto (2004, p.59):

[...] ao final do período os valores estão atualizados monetariamente, indicando que os valores contábeis refletem a mesma capacidade de poder aquisitivo de cada elemento patrimonial em relação à sua data original de contabilização.

Iudícibus *et al* (2000, p.444) ressalta

Para termos as demonstrações contábeis com itens registrados em um mesmo padrão monetário, é necessária a adoção de um índice que reflita a perda do poder de compra da moeda corrente. Pelo mesmo índice são atualizados os saldos contábeis e reconhecidos seus efeitos no resultado do exercício.

Segundo Perez Júnior (2001), há a seguinte divisão dos itens patrimoniais: em monetários e não monetários.

Da mesma forma, Iudícibus *et al* (2000, p.445) explica

Os itens monetários são compostos pelas contas de disponibilidades e direitos e obrigações a serem liquidadas com disponibilidades. Podem ser subdivididos em: (1) *itens monetários puros*, compostos pelas contas de valor pré-fixado que não contêm qualquer forma de reajuste ou atualização, como o próprio caixa em moeda nacional; (2) *itens monetários pré-fixados*, que também não têm atualização, mas que possuem embutida alguma expectativa de inflação já inserida em seu valor, como contas a receber de vendas a prazo; e (3) *itens monetários indexados*, que são as contas monetárias sujeitas à atualização por índice pós-fixado, como os empréstimos em TR ou dólar.

O mesmo autor relata que os itens não monetários são os demais (bens, despesas antecipadas ou diferidas, adiantamentos a serem liquidados em bens e resultados de exercícios futuros).

Na opinião de Padoveze e Benedicto (2004, p.60):

Considera-se monetário o elemento patrimonial que tem valor pré fixado em moeda e, portanto, mesmo havendo inflação, não haverá alteração de seu valor de face. São exemplos: caixa, bancos, [...] Considera-se item não-monetário os elementos patrimoniais que não têm valor definido em moeda e o seu valor nominal depende do mercado. [...] São exemplos clássicos os estoques e os imobilizados. A correção monetária aplica-se facilmente aos elementos não-monetários.

Existem dois sistemas de correção monetária: a correção monetária de balanços ou correção monetária das demonstrações financeiras e a correção monetária integral.

Para Neves e Viceconti (2002, p.91):

A correção monetária das demonstrações financeiras [...] consistia em atualizar o valor com base em índices de desvalorização da moeda nacional do (s):

- a) custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão e as provisões para perdas em investimentos.
- b) saldos das contas do patrimônio líquido.

Ainda, para Padoveze e Benedicto (2004, p.60):

A diferença das correções ativas e passivas era contabilizada na conta de saldo de correção monetária e era contabilizada como receita ou despesa na demonstração de resultados. [...] em termos conceituais, a maior falha era não corrigir monetariamente os estoques, tratando-os, além disso, como monetários.

Matarazzo (2003) assinala que, como motivos para o surgimento da correção monetária integral, estão a necessidade de solucionar as falhas da correção monetária convencional e trazer melhorias para a análise de balanços.

Sá e Sá (1995, p.115) esclarecem que a correção integral é

Ampliação do critério legal de Correção Monetária [...] Como a correção legal só atinge as partes fixas de Ativo (Permanente) e Passivo (Patrimônio Líquido), a integral amplia-se aos demais grupos, no que for pertinente.

Portanto, os benefícios da correção monetária integral, de acordo com Matarazzo (2003) são eliminar os efeitos inflacionários sobre as contas, conhecer o valor real destas, facilitando, enfim, a análise financeira.

Para Marion (2005, p.38) a reclassificação das demonstrações contábeis “Significa uma nova classificação, um novo reagrupamento de algumas contas nas DC, sobretudo no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. São alguns ajustes necessários para melhorar a eficiência da análise.”

Objetivamente, pode se afirmar que esta é a ocasião em que o analista de balanços efetua uma nova apresentação das contas, sem, logicamente, modificar a sua fidelidade, a fim de obter uma visão realista da organização em estudo.

Reis (2003) salienta que, durante o processo de verificação das contas do Balanço Patrimonial, podem ser diagnosticados valores contábeis que não representam (em alguns aspectos ou no todo) o estágio verdadeiro em que a entidade se encontra, os quais denomina ativo fictício.

Conforme o mesmo autor, o ativo fictício é uma parte (ou todo) do Ativo superavaliado ou de valor simulado e créditos considerados de difícil, improvável ou nenhum recebimento.

No primeiro caso, estão os bens obsoletos (que não têm condições de uso e, portanto, de valor nominal nulo), o excesso de saldo de caixa, caracterizando, entre outras coisas, retiradas não contabilizadas ou Capital Realizado ficticiamente.

A segunda hipótese trata dos valores que, contabilmente, a empresa tem a receber mas, na realidade, apresentam-se de difícil liquidação pelo devedor. São os cheques sem fundos, as dívidas incobráveis e os depósitos judiciais.

Logo, nas situações descritas, se os valores forem elevados, deverão ser retirados do grupo do Ativo onde estão e posteriormente deduzidos do grupo Patrimônio Líquido.

Além do ativo fictício há outras contas às quais se deve ajustar para uma efetiva análise: Duplicatas Descontadas, Receitas e Despesas Financeiras, Resultados de Exercícios Futuros, Ativo Diferido, Exigível à Longo Prazo e Despesas do Exercício Seguinte.

Quanto a conta Duplicatas Descontadas, destaca-se que são uma origem de recursos para o Ativo Circulante. Representam um negócio em que a empresa antecipa o recebimento de valores por meio de uma operação bancária. Porém, caso o banco não receba o valor da duplicata na data prevista, a entidade deverá arcar com as conseqüências pagando o valor contratado com o mesmo. Assim, compreende-se que as Duplicatas Descontadas são, na verdade, um passivo para a empresa, devendo ser reclassificadas para o Passivo Circulante.

Matarazzo (2003, p.136) explica

[...] há pelo menos uma conta que deve sempre ser reclassificada: Duplicatas Descontadas; do ponto de vista contábil, é uma dedução de Duplicata a Receber; do ponto de vista de financiamentos, porém, é um recurso tomado pela empresa junto aos bancos, devido à insuficiência de recursos próprios. Em nada se distingue de empréstimos bancários, do ponto de vista financeiro. Por isso, as Duplicatas Descontadas devem figurar no Passivo Circulante.

Conclui-se que o ajuste necessário é a modificação do Ativo Circulante adicionando o valor das duplicatas e somando-o ao Passivo Circulante. Assim, a empresa terá meios de saber o que realmente têm a receber e as obrigações a saldar.

Sobre as Receitas e Despesas Financeiras, deverão ser excluídas do resultado operacional, conforme Marion (2005, p.38):

[...] É o caso de Receita Financeira que legalmente é Operacional, mas na realidade deveria estar no grupo Não Operacional. Se quisermos apurar a verdadeira taxa de rentabilidade obtida pela atividade operacional,

deveremos classificar tanto as Despesas Financeiras como as Receitas Financeiras no grupo Não Operacional.

Quanto à conta Resultados de Exercícios Futuros, Iudícibus *et al* (2000, p.250) define “[...] seu objetivo é abrigar *receitas* já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, [...] sendo que *já devem estar deduzidas* dos custos e despesas correspondentes, incorridas ou a incorrer”.

Para Marion (2005) há duas possibilidades de ajuste desta conta. A primeira considera que a receita recebida não será devolvida representando um “lucro” líquido e certo, devendo ser incorporada ao Patrimônio Líquido. Porém, se houver necessidade de devolução (no caso de não cumprimento do contrato), os valores do grupo Resultados de Exercícios Futuros deverão ser reclassificados para o Passivo Circulante ou Exigível à Longo Prazo (dependendo da data de vencimento das obrigações).

Os valores do Ativo Diferido, segundo Iudícibus *et al* (2000, p.199):

[...] caracterizam-se por serem ativos intangíveis que serão amortizados por apropriação às despesas operacionais no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa. Incluem as despesas incorridas com pesquisas e desenvolvimento de produtos, com implantação de projetos mais amplos de sistemas e métodos, com reorganização da empresa e outras.

Para Padoveze e Benedicto (2004), a reclassificação do Ativo Diferido é realizada por meio de sua redução do Patrimônio Líquido.

Deve-se cuidar, no grupo do Passivo Exigível à Longo Prazo, as exigibilidades que não possuem a época exata de pagamento, as quais devem ser reclassificadas para o Passivo Circulante.

Sá e Sá (1995, p.155) conceituam as Despesas de Exercício Seguinte “Despesas que, tendo sido pagas, referem-se, todavia, a outros exercícios, ou seja, são gastos apropriáveis no futuro exercício”.

Como afetam exercícios futuros, o ajuste a ser realizado será a exclusão da despesa futura do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido.

Em relação à importância dos ajustes, Matarazzo (2003, p.137) comenta

a padronização obriga o analista a pensar em cada conta das demonstrações financeiras e a decidir sobre sua consistência com outras contas, sobre a classificação que deve dar a ela, enquanto a transcreve para o modelo predefinido de padronização. Ao terminar esse trabalho, o analista adquire grande familiaridade com os números da empresa e, em consequência, poderá enxergar detalhes que, de outra forma, não conseguiria.

Após realizadas todas as reclassificações, o analista verifica as modificações efetuadas nos demonstrativos (que antes continham apenas dados) e as informações produzidas, as quais serão usadas para a otimização da gerência da organização.

Destaca-se três aspectos importantes a serem observados: liquidez, rentabilidade e endividamento, como confirma Marion (2005, p.15):

Poderíamos dizer que só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: *Liquidez* (Situação Financeira), *Rentabilidade* (Situação Econômica) e *Endividamento* (Estrutura de Capital).

Liquidez, para Sá e Sá (1995, p.288) é considerada “Estado de composição patrimonial relativo a dinheiro; capacidade de solvência ou pagamento de dívidas; valor circulante capaz de ressarcir as dívidas; [...] valor transformável em dinheiro”.

Por meio da análise da liquidez é levantada a situação da empresa no que diz respeito às condições de recursos para quitar suas dívidas.

Já a rentabilidade é o retorno do capital investido. Da mesma forma, conceitua Matarazzo (2003, p.175): “Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa”.

Neves e Viceconti (2002, p.448) explicam que “O endividamento indica o montante de recursos de terceiros que está sendo usado, na tentativa de gerar lucros”.

Pelo que já foi exposto, percebe-se que a análise desses fatores (liquidez, rentabilidade e endividamento) deve ser feita de forma integrada. Quanto a esta integração, diz Ludícibus (1998, p.99):

[...] Já no que se refere à posição de endividamento, muitas vezes ela é o foco inicial de uma boa ou má situação de rentabilidade futura. Na verdade, liquidez e rentabilidade interagem uma sobre a outra, levando a uma determinada configuração empresarial.

2.5.3 Metodologia e Métodos de Análise

Independente do fator ou método a ser estudado, o analista deve seguir alguns passos (metodologia de análise). Esta metodologia segue as mesmas etapas do processo de tomada de decisão, porém aplicadas aos seus objetivos.

Matarazzo (2003, p.20) descreve as fases a serem seguidas no processo de análise de balanços

1. extraem-se índices das demonstrações financeiras;
2. comparam-se os índices com os padrões;
3. ponderam-se as diferentes informações e chega-se a um diagnóstico ou conclusões;
4. tomam-se decisões.

Em relação ao processo descrito, atenta-se para o fato de que é essencial, pois define parâmetros que permitem a comparação da condição da empresa, tanto em relação a sua própria evolução quanto a de seu ramo de atividade.

Para fazer a análise, é imprescindível a utilização de métodos. Matarazzo (2003) cita seis técnicas de análise: Análise através de Índices, Análise Vertical e Horizontal, Análise do Capital de Giro, Modelos de Análises de Rentabilidade, Análise da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Fluxo de Caixa e Análise Prospectiva.

Para Marion (2005, p.24): "Os indicadores (ou índices ou quocientes) significam o resultado obtido da divisão de duas grandezas".

Conforme Matarazzo (2003) o número de índices a ser utilizado no estudo depende do grau de profundidade esperado do mesmo, além do interesse de cada usuário.

Na opinião de Blatt (1998, p.15):

Há muitas técnicas analíticas que podem revelar informações sobre uma empresa [...] Índices financeiros são a ferramenta analítica de um analista [...] Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas.

Os objetivos dos índices, segundo o autor acima são medir a saúde financeira da empresa, identificar as principais áreas de negócios que influem na lucratividade, estudar a liquidez e o fluxo de caixa, detectar ações para alavancar a empresa e indicar o risco de crédito que a empresa representa.

É importante mencionar que existem os chamados "índices-padrão" ou "índices-alvo" que permitem a comparação do estado da organização, como explica Blatt (1998, p.18): "Esses "índices-alvo" podem ser determinados a partir de um exame de índices similares de outras empresas ou pelo exame do mesmo índice para a empresa em análise, mas em um período anterior."

Marion (2005) demonstra como se prepara os índices-padrão, ressaltando que o objetivo deste cálculo é obter uma base de comparação entre empresas que ocupem o mesmo setor no mercado.

Dentro da técnica de análise por índices estão os Índices de Estrutura de Capitais, Liquidez e Rentabilidade.

Os Índices de Estrutura de Capitais, no entendimento de Matarazzo (2003) representam as decisões de obtenção e emprego de recursos; destaca também que, quanto menor eles forem, melhor a situação da empresa.

Para Padoveze e Benedicto (2004), os indicadores de estrutura e endividamento têm como objetivo demonstrar o percentual dos ativos financiados com capitais de terceiros e próprios ou se a empresa depende exclusivamente de recursos de terceiros.

De acordo com Matarazzo (2003) há dentro da estrutura de capital quatro fórmulas: Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento), Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos Não-Correntes, descritas abaixo:

1. Participação de Capitais de Terceiros

$$\frac{\text{Capitais de Terceiros} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Determina a proporção de capitais de terceiros em relação ao capital próprio.

2. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante} \times 100}{\text{Capitais de Terceiros}}$$

Indica quanto há de compromissos de curto prazo frente às obrigações totais.

Os índices de endividamento não podem ser examinados isoladamente, pois há outras variáveis que interferem na instituição. Dentre elas, cita-se a capacidade de geração de recursos para pagar dívidas, liquidez (maior a liquidez, menor o risco de insolvência) e condições de renovação de dívidas vencidas.

Ainda, Blatt (1998) declara que há um endividamento sadio (quando os capitais de terceiros são usados para gerar recursos, aumento de ativo) e um endividamento ruim (tomar recursos para pagar dívidas, podendo chegar à falência).

3. Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Ativo Permanente} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Define o percentual de Patrimônio Líquido aplicado no Ativo Permanente.

Quando a empresa investe uma parte do seu Patrimônio Líquido no Ativo Permanente, a parcela restante (investida no Ativo Circulante) é chamada de Capital Circulante Próprio. Então, temos que:

4. Capital Circulante Próprio

$$\text{CCP} = \text{PL} - \text{AP}$$

Assim, Capital Circulante Próprio é igual ao Patrimônio Líquido menos o Ativo Permanente.

Observa-se que se a empresa imobilizar muitos recursos do capital próprio, menos terá para financiar o Ativo Circulante e, portanto, dependerá de mais capitais de terceiros para repor este.

5. Imobilização dos Recursos Não Correntes

$$\frac{\text{Ativo Permanente} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Mostra que percentual de Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo foi destinado ao Ativo Permanente.

Atenta-se para o fato que a empresa pode, para financiar o seu Ativo Permanente, utilizar, além dos recursos próprios, os de longo prazo. Para isso, deve observar se o prazo de pagamento é coerente com o prazo de duração do imobilizado ou de geração de recursos para o pagamento da dívida.

A parte do Patrimônio Líquido e do Exigível a Longo Prazo não utilizada para o Ativo Circulante é o CCL (Capital Circulante Líquido).

6. Capital Circulante Líquido

$$\text{CCL} = \text{CCP} + \text{ELP}$$

Logo, Capital Circulante Líquido é igual ao Capital Circulante Próprio mais o Exigível a Longo Prazo. O Capital Circulante Líquido é a parte dos recursos não correntes destinados ao Ativo Circulante.

Segundo Neves e Viceconti (2002, p.446) o objetivo dos índices de liquidez é “Avaliar a capacidade financeira da empresa, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros.”

7. Liquidez Geral:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Expressa uma comparação entre os valores disponíveis e realizáveis (curto e longo prazo) com todas as dívidas assumidas.

Iudícibus (1998, p.102) cita “este quociente serve para detectar a saúde financeira (no que se refere à liquidez) de longo prazo do empreendimento.”

8. Liquidez Corrente:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Afirma quanto há de Ativo Circulante em relação ao Passivo Circulante.

Reis (2003, p.207) esclarece

Por intermédio do índice de **liquidez corrente**, procuramos medir a capacidade da empresa de pagar os compromissos vencíveis dentro de 360 dias, contando para isso com os valores disponíveis e realizáveis no mesmo período.

Para Matarazzo (2003) o Capital Circulante Líquido é obtido também pela diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante.

9. Liquidez Seca:

$$LS = \frac{\text{Disponível} + \text{Aplic. Financeiras} + \text{Clientes de rápida conversibilidade em dinheiro}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Essa fórmula, para Matarazzo (2003) mostra o valor de Ativo Líquido em relação às dívidas de curto prazo. O mesmo autor ressalta que o estoque deve ser excluído da mesma, devido a ser um item de grande risco e que, quanto maiores forem os índices de liquidez, melhor o estado da empresa.

Logo, simplificada, pode-se dizer:

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$$

Os índices de rentabilidade dizem se a empresa tem sucesso do ponto de vista econômico, ou seja, avalia quanto renderam os investimentos.

10. Giro do Ativo:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

Representa o volume de vendas comparado ao montante de investimentos.

Marion (2005, p.166) conceitua Giro do Ativo “Significa a eficiência com que a empresa utiliza seus Ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os Ativos serão utilizados”.

11. Margem Líquida:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Mostra quanto de lucro foi obtido das vendas após a dedução das despesas.

12. Rentabilidade do Ativo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$$

Sobre o quociente acima, Neves e Viceconti (2002, p.454) concluem “Indica o retorno do lucro líquido sobre o valor do ativo total.”

13. Rentabilidade do Patrimônio Líquido:

$$\text{Rentabilidade do PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL Médio}} \times 100$$

É o lucro líquido obtido em relação ao capital próprio investido. Salienta-se que o PL Médio é encontrado pelo somatório do PL Inicial e Final do exercício, dividido por dois.

Convém citar que, como no caso da liquidez, quanto maiores forem os índices de rentabilidade melhor estará a empresa.

A respeito da avaliação dos índices, considera-se a avaliação pelo significado puro (sem considerar outra variável), pela comparação da evolução dos índices e confrontando-os com os índices de outras organizações.

Contudo, alerta Blatt (1998, p.59):

Índices são somente tão bons quanto a informação contida em demonstrações financeiras, as quais, em parte, consistem de valores históricos que podem não estar alinhados com a realidade e de estimativas e alocações que são de certa forma subjetivas.

Por este comentário é novamente visível a necessidade do analista realizar um estudo amplo, considerando todos os fatores internos e externos que influem na empresa.

A segunda técnica a ser descrita é a Análise Vertical e Horizontal.

Matarazzo (2003, p.24) ensina “A Análise Vertical e Horizontal presta-se fundamentalmente ao estudo de tendências.”

Conforme o autor acima a Análise Vertical e Horizontal deve ser aplicada após o cálculo dos índices, pois detalha melhor as informações descritas por estes.

A Análise Vertical, para Blatt (1998, p.13): “Tem por objetivo determinar a relevância de cada conta em relação a um valor total.”

Tal análise é realizada identificando a representação percentual de cada conta da demonstração financeira em relação a uma base (total de ativos, no balanço patrimonial).

Como o próprio nome indica, é vertical porque a análise se faz por meio da comparação de elementos de um mesmo período.

Iudícibus (1998, p.93) comenta “Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.”

Identificando e compreendendo as variações percentuais sofridas por cada item da demonstração financeira, o analista tem condições de explicar suas causas.

Neves e Viceconti (2002, p.442) descrevem o objetivo da Análise Horizontal ou de Evolução “Avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, numa determinada série histórica de exercícios.”

A Análise Horizontal é efetuada, segundo Marion (2005, p.25):

Quando comparamos os indicadores de vários períodos (vários semestres, anos...), analisamos a tendência dos índices. Nesse caso, chamamos de Análise Horizontal, pois nossos olhos lêem no sentido horizontal.

Padoveze e Benedicto (2004, p.475) dizem

Toma-se como 100% todas as contas de um determinado período e faz-se uma relação percentual em cima dos dados desse período. O novo número relativo indica quanto o período subsequente é maior ou menor que o período anterior.

Há, segundo Matarazzo (2003), uma divisão na Análise Horizontal (Encadeada ou Anual). Quando houver um ano base sobre o qual serão calculadas as variações é feita a Análise Horizontal Encadeada; se a análise for feita em relação ao ano anterior, trata-se da Análise Horizontal Anual.

Qualquer dessas tem como finalidade demonstrar o crescimento dos itens para identificar tendências.

As Análises Horizontal e Vertical ajudam a desvendar determinadas situações que a princípio são de difícil solução. Por exemplo, Blatt (1998) cita o caso de uma empresa lucrativa, com aumento nas vendas mas queda nas margens brutas, salientando que o entendimento da relação entre esses fatores é feito pelas técnicas observadas.

A técnica da Análise do Capital de Giro para Matarazzo (2003) utiliza cálculo dos índices de rotação ou prazos médios proporcionando avaliação do gerenciamento do giro.

Quanto aos prazos médios, pode-se citar três tipos: Prazo Médio de Recebimento de Vendas, Prazo Médio de Pagamento de Compras e Prazo Médio de Renovação de Estoques. O primeiro é representado pela fórmula:

14. Prazo Médio de Recebimento de Vendas

$$\text{PMRV} = 360 \text{ dias} \times \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}}$$

$$\text{Ou } 360 \times \frac{\text{DR}}{\text{V}}$$

Marion (2005) define que a expressão acima mostra, em média, o número de dias que a empresa espera para receber o valor de suas vendas.

15. Prazo Médio de Pagamento de Compras:

$$\text{PMPC} = 360 \text{ dias} \times \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}}$$

$$\text{Ou } 360 \times \frac{E}{C}$$

Portanto, por este cálculo, o analista de balanços verifica em média, o tempo que a empresa demora para saldar suas compras.

16. Prazo Médio de Renovação de Estoques:

$$\text{PMRE} = 360 \text{ dias} \times \frac{\text{Estoques}}{\text{CMV}}$$

$$\text{Ou } 360 \times \frac{E}{\text{CMV}}$$

No que diz respeito ao quociente descrito, representa, em média, o número de dias para a empresa vender seu estoque.

Matarazzo (2003) salienta que o estudo dos prazos médios deve ser realizado em conjunto, pois a integração entre eles demonstra os ciclos operacional e financeiro.

O ciclo operacional é obtido pela soma dos prazos de estocagem e vendas, ou seja, é o tempo entre a entrada da mercadoria na empresa e o recebimento de sua venda. Já o ciclo financeiro (ou de caixa) é o período em que a empresa paga o fornecedor e recebe pelas suas vendas.

Quanto ao ciclo financeiro, é lógico que deve ser o menor possível, pois quanto maior for aumentará a dependência com os fornecedores e até com os custos.

Segundo Neves e Viceconti (2002, p.449) o giro é “(velocidade) dos valores aplicados.”

Sá e Sá (1995, p.65) definem capital de giro “Capital em circulação ou movimentação.”

Após os conceitos expostos, é indispensável descrever o que é necessidade de capital de giro. Teoricamente, Matarazzo (2003) explica a sua importância para a análise financeira (de caixa) e para decisões de financiamento, crescimento e lucratividade.

Inicialmente, descreve-se a fórmula da Necessidade de Capital de Giro:

17. Necessidade de Capital de Giro

$$\text{NCG} = \text{ACO} - \text{PCO}$$

Interpreta-se que ACO (Ativo Circulante Operacional) é um investimento que decorre das atividades normais e o PCO (Passivo Circulante Operacional) é o financiamento das mesmas.

Analisando a fórmula, percebe-se que há três hipóteses: $\text{ACO} > \text{PCO}$ (há necessidade de capital de giro, ou seja, novas fontes de financiamento), $\text{ACO} = \text{PCO}$ (necessidade de capital de giro é zero) e $\text{ACO} < \text{PCO}$ (não há necessidade de capital de giro, pois há mais financiamentos do que investimentos).

No caso de necessidade de giro, Matarazzo (2003) descreve as fontes de financiamento “capital circulante próprio, empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo e empréstimos bancários de curto prazo e duplicatas descontadas.”

Um dos modelos de análise de rentabilidade é a análise do ROI (Retorno Operacional dos Investimentos). Sabemos que a rentabilidade é medida em função dos investimentos e que os investidores desejam saber com a maior segurança possível a situação da mesma.

18. Retorno Operacional dos Investimentos

$$\text{ROI: } \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Líquido}}$$

O Ativo Líquido é encontrado pela subtração dos Passivos Operacionais do Ativo Total; subentende-se que, inicialmente o Passivo Operacional é excluído do quociente acima devido ao fato de ele ser o financiador do funcionamento normal da empresa; como se quer saber o ROI, não seria “real” considerá-lo no cálculo.

Dentre as possibilidades de análise pelo ROI, Matarazzo (2003) destaca a determinação dos elementos que influem na referida rentabilidade, quanto a seus fatores causadores de variação e às alternativas para mudanças nestas decisões.

A Análise de Rentabilidade pode-se utilizar também do conceito de Alavancagem Financeira que para Neves e Viceconti (2002, p.466): “Representa a diferença entre a obtenção de recursos de terceiros a um determinado custo e a aplicação desses recursos no ativo da empresa a uma determinada taxa [...]”.

Para Marion (2005, p.143): “[...] o conceito de Alavancagem Financeira, ou seja, novos financiamentos de terceiros que aumentam os resultados líquidos (o lucro) dos proprietários.”

Deve ser verificada, portanto, a relação custo-benefício de qualquer decisão que pretenda melhorar o resultado da empresa. Por exemplo, ao decidir sobre realizar um empréstimo, é necessário estimar se seus custos serão menores que a produção do lucro (caso em que alavancaria o lucro).

Reis (2003) descreve que a Alavancagem Financeira é:

19. Alavancagem Financeira:

$$\frac{\text{Lucro produzido pelo Capital de Terceiros}}{\text{Capital de Terceiros}}$$

O mesmo autor declara que por esta divisão visualiza-se se o uso de capital de terceiros está aumentando a remuneração do capital próprio.

Sobre a técnica da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa (DFLC), ressalta-se que esta é estruturada pelos dados da DOAR (considerada importante nesse sentido) e que, por meio do estudo daquela são examinadas a situação financeira e a gestão de caixa.

Marion (2005, p.233) diz

A análise da DOAR permite identificarmos quais os tipos de fontes de recursos que alimentam a empresa; qual fonte tem uma participação maior; qual o destino que a administração da empresa está dando para os recursos [...].

Quanto à DFCL, Matarazzo (2003) comenta sua importância no estudo do financiamento do giro, capacidade de expansão com recursos próprios, enfim, a independência financeira da empresa.

Matarazzo (2003, p.365) define as principais informações a serem extraídas dessa demonstração

- auto-financiamento das operações (compra, produção e vendas).
- independência do sistema bancário no curto prazo.
- gerar recursos para manter e expandir o nível de investimentos.
- amortizar dívidas bancárias de curto e longo prazo.

Crepaldi complementa (1999, p.261): “A Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa tem sido considerada por alguns o mais importante instrumento de análise financeira de uma empresa moderna, quanto ao processo decisório.”

Portanto, entende-se que a análise da DOAR e, principalmente, da DFLC proporciona ao analista de balanços o estudo da saúde financeira da empresa (proporcionalidade entre saídas de caixa para pagamentos e ingresso de recursos provenientes da atividade operacional).

A última técnica a ser abordada é a Análise Prospectiva ou Tendencial, que é segundo Sá e Sá (1995, p.27):

Processo de análise contábil que estuda as tendências ou destino dos fatos patrimoniais, tomando por base a “probabilidade” de acontecimentos, quase sempre lastreada em fatos passados. [...] Em geral os estudos de tendências são evidenciados através de gráficos que aumentam as evidências através das linhas.

A Análise Prospectiva, por meio do procedimento descrito, considera, além dos resultados encontrados, outras variáveis (mercado, concorrentes...) a fim de estimar o comportamento da empresa.

Simultaneamente ao exame, realiza-se o diagnóstico, ou seja, a exposição das principais características observadas, considerando o foco e a finalidade do estudo e suas limitações, o histórico da empresa e os prováveis acontecimentos.

Comparativamente, diagnostica-se uma doença por meio do aparecimento de sintomas; numa entidade os “sintomas” seriam os problemas/falhas/erros verificados nas demonstrações e na execução das atividades. A “doença” seria a causa (má administração, decisões sem respaldo...), a qual deverá ser eliminada ou minimizada com a ajuda do analista, por meio de relatórios e sugestões.

2.5.4 Relatório de Análise

Um relatório de análise, para Sá e Sá é (1995, p.425): “Relatório que apresenta a análise de um balanço ou de peças contábeis.”

Ainda, Sá (2005, p.258) descreve “O relatório de análise é uma peça técnica onde a opinião do profissional visa a dar seu parecer sobre a situação examinada.”

Estruturalmente, conterà uma parte introdutória (aspectos gerais, como o tipo de empresa, o que se pretende analisar...), a base teórica utilizada, os métodos e procedimentos pelos quais os resultados foram encontrados, a descrição e análise dos mesmos e a conclusão.

Em síntese, um relatório de análise deve ser estruturado de forma a auxiliar a interpretação de seus usuários, independente do grau de conhecimento que possuem. Portanto, precisa ser conciso, de linguagem simples e se utilizar dos

recursos mais variados (gráficos, tabelas...) para atingir o seu objetivo: definir os aspectos relevantes detectados e apresentar uma conclusão (se possível com soluções).

Porém, para Ludícibus (1998, p.224): “A análise de balanços serve mais para formular perguntas inteligentes, para investigação mais profunda, do que para fornecer respostas imediatas.”

Com isso, entende-se que os frutos da análise não se resumem em um simples relatório, mas que esta pode causar uma mudança de paradigmas, por meio da visão da empresa sob uma ótica diferente.

Franco (1989, p.96) diz

A importância da análise das demonstrações contábeis está na própria identificação de aspectos científicos na contabilidade. Como ciência é o conhecimento certo pelas causas, e como não há possibilidade de se determinarem as causas das variações patrimoniais sem analisar a origem e as mutações dos elementos que compõem o patrimônio, a Análise de Balanços constitui uma das formas de se identificarem aspectos científicos na contabilidade, pela relação de causas e efeitos.

Portanto, a empresa depende de uma boa administração, assessorada pela contabilidade como fonte de informações úteis aos processos de tomada de decisão e controle, destacando-se a necessidade de utilização por parte dos administradores das informações produzidas pelo sistema de informação contábil.

Se o gestor sabe usar a informação contábil e conhece suas limitações, dispõe de um instrumento de trabalho que permite decidir com maior segurança, conhecendo a situação atual e o grau de acerto e impropriedade de decisões anteriores.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa, que segundo Andrade (1999, p.103): “[...] é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. A metodologia, portanto, pode ser entendida como estudos realizados para a obtenção do conhecimento.

Existem vários tipos de pesquisa, dentre elas a pesquisa descritiva, realizada por meio da observação e análise dos fenômenos sem a interferência do pesquisador, a qual foi utilizada para a elaboração deste estudo. Também foram consultadas fontes como livros, revistas, jornais e outros meios adequados ao tema.

Foi realizado um estudo de caso, que conforme Gil (1991, p.58): “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. O objeto a ser analisado foi uma empresa comercial, visando o exame dos seus demonstrativos contábeis, ou seja, a análise de balanços, a fim de demonstrar a utilidade desta em benefício da gestão.

O instrumento aplicado para a coleta de dados foi a análise documental, com o objetivo de apresentar uma conclusão, relacionando a situação atual da empresa à utilização ou não da análise de balanços.

Para Silva (2003, p.61): “A Investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes [...]”. Por meio da análise documental foram consultados, além dos demonstrativos contábeis, os documentos necessários para subsidiar o estudo.

Em relação ao contador, buscou-se obter sua opinião, conforme a evolução da empresa, sobre aspectos importantes a serem destacados no relatório de análise.

Foi realizada uma análise dos demonstrativos contábeis com o objetivo de identificar os fatores determinantes para a situação atual bem como os procedimentos a serem aplicados para a sua melhora.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Observações iniciais

Foi realizada a análise de balanços de uma empresa comercial do ramo farmacêutico, de pequeno porte e com vários anos de atividade. As demonstrações examinadas foram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2003 e 2004.

Sabe-se que uma demonstração contábil desatualizada monetariamente, ou seja, sem ter passado pelo processo de atualização dos demonstrativos por meio de um indicador, não é adequada para uma análise comparativa. Antes de iniciar a reclassificação das contas, deve-se atualizá-las por meio de um índice que traga todos os valores para um mesmo momento.

Existem diversos indicadores, sendo que sua escolha deve ser realizada considerando a adequação do mesmo ao estudo.

Neste trabalho foi usado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a fim de determinar a variação dos preços em geral na economia.

É um indicador encontrado pela média aritmética ponderada de outros três fatores: Índice de Preços no Atacado (IPA), com peso de 60%, demonstrando os preços praticados neste mercado; Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30% do IGP-DI coletado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), representando 10%.

O IGP-DI, para o estudo em questão, é considerado o mais abrangente (sendo composto por percentuais de três setores).

A atualização foi realizada efetuando-se a divisão de todos os itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício pelo IGP-DI acumulado até outubro de 2005, no valor de 1,8893, conforme dados obtidos pela Internet.

Nos anexos constam as cópias dos demonstrativos originais; nos apêndices, os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado do Exercício com os saldos originais, atualizados e reclassificados; portanto, após realizada a atualização, ou seja, com as demonstrações contábeis em um mesmo nível para a análise, iniciou-se a reclassificação. Quanto aos indicadores encontrados, estão em tabelas na revisão bibliográfica.

O objetivo foi tornar as demonstrações mais adequadas, inclusive quanto à clareza, para uma avaliação da real situação da empresa. Os procedimentos adotados buscaram facilitar o entendimento da evolução da entidade, para posterior estudo.

No Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial de 2003, na parte das Reservas, foi reduzido o desdobramento da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, visando melhorar a compreensão do seu saldo final e considerando, também, que a evidenciação do prejuízo encontra-se na Demonstração do Resultado do Exercício do mesmo ano. Foram agrupadas outras contas, permanecendo no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício dos dois anos somente os grupos principais.

Para fins de reclassificação, foram considerados Direitos Realizáveis a Curto Prazo as contas Convênios a Receber, Cheques a Receber e Adiantamentos a Fornecedores.

Na Demonstração do Resultado do Exercício de 2003, criou-se a conta Receita Operacional Líquida, por meio da dedução de Impostos sobre Vendas e Serviços da Receita Operacional. Poderiam ter sido deduzidos, ainda, Devoluções e Abatimentos, mas estes não constavam na Demonstração do Resultado do Exercício de 2003. A Receita Operacional Líquida significa o que a empresa vendeu sem considerar o custo destas vendas, permitindo, se demonstrada, uma compreensão mais completa por parte dos usuários da contabilidade.

Das Despesas Operacionais foram deduzidas as Receitas e Despesas Financeiras, pois não decorrem da atividade operacional da empresa; para a análise ser eficaz precisam ser separadas para encontrar a correta rentabilidade. Criou-se portanto, uma divisão entre Resultado Operacional e Não – Operacional (somatório das Receitas e Despesas Financeiras).

Quanto ao Patrimônio Líquido de 2004, não houve necessidade do mesmo ajuste realizado em 2003, pois está descrito de forma compreensível. Na Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2004, foram efetuadas as mesmas alterações feitas em 2003.

No Patrimônio Líquido, no que tange ao saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, este foi encontrado a partir da diminuição do saldo inicial da conta com os prejuízos de 2003 e 2004, o que pode ser observado por meio dos demonstrativos originais.

4.2 Relatório de Análise de Balanços

Foram analisados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, a fim de se familiarizar com o plano de contas e compreender o fluxo das atividades da empresa.

Na seqüência, foi realizada a preparação das Demonstrações Contábeis para torná-las passíveis de análise; para isso, efetuou-se uma atualização monetária e a reclassificação.

Após a utilização dos diversos indicadores, percebeu-se que houve uma redução de 6,16% nos Ativos da empresa. No entanto, essa diminuição ocorreu de uma maneira uniforme em todas as contas, conforme se observa na análise da variação de 2003 para 2004.

Analisando as contas do Ativo e Passivo Circulante, ou seja, as que detêm os valores de rápida conversibilidade em dinheiro, que indicam a capacidade de pagamento e onde identifica-se a atividade operacional, constatou-se que a entidade possui, em 2003, 96,24% de Direitos para 11,15% de Obrigações.

Em 2004, o Ativo Circulante representa 96,62% e o Passivo Circulante consta com 10,66%. Isto significa que a capacidade de pagamento (liquidez) pode ser considerada boa, uma vez que os autores sugerem que seja maior que um, pois para R\$1,00 de Obrigações que possui em 2003, tem R\$8,63 para saldá-las, enquanto que em 2004, este índice aumentou para R\$9,06.

A conta que mais contribuiu para que se tenha esse elevado indicador foi a conta de Estoques. Justifica-se este fato pela atividade da empresa ser exclusivamente comercial, tendo o nível de estoques com grande representatividade comparado às imobilizações.

Observou-se que a capacidade de pagamento de curto prazo excluídos os valores de Estoques diminuiu. Pode-se interpretar que esta redução ocorreu devido a um aumento de estoques de um ano para o outro, em função da adoção de uma política de maior volume daqueles.

A capacidade de pagamento deve ser analisada juntamente com o Prazo Médio de Renovação de Estoques, que aumentou pouco, concluindo-se que a empresa demora 7 dias a mais para renovar seu estoque; a princípio, este prazo não teve grande influência no resultado de 2004, mas como a entidade depende das vendas e os estoques têm prazo de validade, deveria ser conhecida a rotação de

cada item, para ver os obsoletos, os não procurados e os mais vendidos, o que não foi possível em função da análise realizada ter sido externa.

Salienta-se a redução dos Direitos Realizáveis a Curto Prazo, a qual pode ser atribuída pelo recebimento dos cheques (a conta Cheques a Receber não possui saldo em 2004). Enfoca-se, também, que tal redução significa uma mudança na política de vendas, que se tornou mais restritiva quanto aos prazos de pagamento, comprovado pelo aumento das vendas à vista.

Em 2004, os índices praticamente se mantiveram iguais; destaca-se que as Aplicações Financeiras representam 22,37% do Ativo, significando que os recursos excedentes de caixa são aplicados, o que evita a perda do poder aquisitivo do dinheiro parado no caixa.

Esta folga financeira justifica o baixo percentual de endividamento da empresa, que está restrita praticamente às Obrigações Fiscais (Obrigações Tributárias), que aumentaram 35,33% devido ao crescimento das vendas. Como o endividamento reduziu, a entidade ficou menos vulnerável a problemas diante de situações inesperadas (como uma retração de mercado). Nota-se também que não há financiamentos ou empréstimos que influenciariam negativamente no índice citado.

No Ativo, a conta que mais cresceu foi Adiantamento a Fornecedores, com uma elevação de 302,04%. Assim, entende-se que a política utilizada é de antecipar o pagamento a fornecedores, por algum benefício (como descontos obtidos e garantia de compra de produtos com grande saída).

Em relação à Estrutura de Capitais (nível de utilização de recursos próprios e de terceiros) tanto os Capitais de Terceiros quanto o Capital Próprio diminuíram, mas o que causou uma evidente melhora foi a redução do uso de Capitais de Terceiros (de 12,54% para 11,94%). Quanto ao exame do Capital Próprio, a redução verificada pode ser explicada por uma distribuição de lucros.

A Demonstração do Resultado do Exercício de 2003 reflete o aumento das vendas à vista (o mesmo ocorreu no ano seguinte) gerando os recursos no ato. Tal crescimento pode ter ocorrido por vários fatores, como acréscimo de clientes ou uma nova estratégia (bom atendimento, descontos, diversificação de produtos, *marketing*, etc.). Este aumento nas vendas, conseqüentemente, causa elevação em contas relacionadas (Custo da Mercadoria Vendida, Despesas Operacionais e Impostos).

Contudo, o Custo da Mercadoria Vendida, as Despesas Operacionais e os Impostos aumentaram em proporção menor que as Vendas, o que acabou gerando

um resultado positivo (de prejuízo para lucro). Ainda, percebe-se que o resultado negativo de 2003 foi causado pelo elevado Custo das Mercadorias Vendidas.

Observando-se as Despesas Operacionais, nota-se que as Despesas Administrativas (despesas necessárias ao funcionamento da empresa) possuem grande destaque. Contudo, se comparadas com a Receita Operacional, diminuíram de 23,86% em 2003 para 21,44% em 2004. Considerando que são indispensáveis, seu alto percentual sobre as Despesas Operacionais não é preocupante.

Houve melhora no retorno da atividade operacional da empresa (de -12,08% para 14,40%) e no retorno dos sócios, que partiu de um resultado negativo de 13,60% para 16,12% positivo.

De qualquer forma, as políticas de estocagem e vendas devem constantemente ser revistas. O Prazo Médio de Recebimento de Vendas apresentou-se menor em 2004, ressaltando que a entidade recebe, em média, suas vendas de 107 para 32 dias. Relacionando com o Balanço Patrimonial, a exclusão da conta Cheques a Receber seria a causa.

Quanto ao Prazo Médio de Pagamento de Compras, aumentou o prazo para pagar os fornecedores. Porém, outros fatores devem ser analisados.

Um deles é o Ciclo Operacional, que é o tempo desde que a mercadoria entra no estabelecimento até o recebimento de sua venda. Este ciclo diminuiu 68 dias em 2004; relacionando com o Ciclo de Caixa (dias entre o pagamento de fornecedores e o recebimento de vendas), que reduziu 70 dias, a situação reflete melhora de 2003 para 2004.

Mesmo que em 2004 pague os fornecedores em 8 dias e receba suas vendas em 32 dias, isto não representa perdas, pois o valor a pagar é baixo e há percentual grande de vendas à vista.

O estudo efetuado foi uma análise do tipo externa, o que trouxe limitações em relação à quantidade de dados fornecidos. Desta forma, utilizou-se como fonte complementar consultas com o contador responsável, para reduzir a possibilidade de erros nas constatações (já que, pelo tipo de análise, não houve acesso a particularidades).

Dentre os aspectos identificados, sugere-se uma reavaliação do adiantamento a fornecedores quanto ao benefício gerado: esse é maior do que o rendimento que seria ganho em uma aplicação financeira? Além disso, o risco de não receber a mercadoria compensa o procedimento?

Embora as razões pelas quais a empresa efetue o adiantamento a fornecedores sejam justificáveis (descontos melhores, além de garantia de compra daqueles produtos com maior procura), uma reavaliação sempre é útil.

Constatando a solidez da empresa, bem como a questão da atividade operacional gerar recursos suficientes para esta se manter, justifica-se o aumento nas obrigações com Fornecedores enquanto há um alto valor em aplicações financeiras? Com essas compras, houve uma elevação do estoque, fazendo com que este tivesse a maior participação no Ativo, o que sempre representa um risco em relação a uma diminuição de vendas. Deduz-se, portanto, que os juros cobrados pelos fornecedores são inferiores ao rendimento obtido com o recurso aplicado; no entanto, seria interessante para a empresa verificar tal afirmação.

Sugere-se um maior esclarecimento em relação ao plano de contas nas Despesas Tributárias, no item Taxas Federais, Estaduais e Municipais, pois apresentaram uma grande redução, mesmo com o aumento da receita.

Por fim, recomenda-se um estudo das estratégias utilizadas, já que a entidade tem boa folga financeira e, com esta, poderia crescer investindo em programas para o aumento das vendas, como uma atualização do *marketing*.

As projeções de resultados podem ser das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, etc.), simulando, inclusive, a ampliação dos negócios, a fim de antecipar os resultados conforme a tendência da empresa. A Demonstração dos Fluxos de Caixa também é de grande utilidade neste caso.

Percebe-se, portanto, a importância da análise dos demonstrativos da empresa estudada, pela necessidade de verificar a evolução e sugerir ações para contribuir com a sua situação geral.

TABELA 01- ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL ATUALIZADO E RECLASSIFICADO DE 2003 E 2004

Descrição	2003		2004		
	Valor	AV	Valor	AV	AH
ATIVO	57.043,60	1,0000	53.528,38	1,0000	0,9384
Ativo Circulante	54.896,46	0,9624	51.720,42	0,9662	0,9421
Disponibilidade	16.565,40	0,2904	18.069,99	0,3376	1,0908
Caixa	3.420,77	0,0600	4.355,39	0,0814	1,2732
Bancos Conta Movimento	1.216,91	0,0213	1.737,66	0,0325	1,4279
Aplicações Financeiras	11.927,72	0,2091	11.976,94	0,2237	1,0041
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	16.390,85	0,2873	7.769,96	0,1452	0,4740
Convênios a Receber	4.289,27	0,0752	4.707,24	0,0879	1,0974
Créditos	11.339,78	0,1988	-	-	-
Cheques a Receber	11.339,78	0,1988	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	761,80	0,0134	3.062,72	0,0572	4,0204
Estoque de Mercadorias	21.940,21	0,3846	25.880,47	0,4835	1,1796
Permanente	2.147,14	0,0376	1.807,96	0,0338	0,8420
Imobilizado	2.147,14	0,0376	1.807,96	0,0338	0,8420
Bens de Uso	6.068,05	0,1064	6.058,90	0,1132	0,9985
Depreciação Acumulada	3.920,91	0,0687	4.250,94	0,0794	1,0842
PASSIVO	57.043,60	1,0000	53.528,38	1,0000	0,9384
Passivo Circulante	6.357,86	0,1115	5.707,63	0,1066	0,8977
Obrigações a Curto Prazo	6.357,86	0,1115	5.707,63	0,1066	0,8977
Fornecedores	1.805,44	0,0317	2.315,73	0,0433	1,2826
Obrigações Trabalhistas	3.419,98	0,0600	1.987,53	0,0371	0,5812
Obrigações Sociais	102,10	0,0018	9,98	0,0002	0,0977
Obrigações Tributárias	1.030,34	0,0181	1.394,39	0,0260	1,3533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.685,74	0,8885	47.820,75	0,8934	0,9435
Capital Social	4.234,37	0,0742	4.234,37	0,0791	1,0000
Reservas	46.451,37	0,8143	43.586,38	0,8143	0,9383
Lucros Acumulados	46.451,37	0,8143	43.586,38	0,8143	0,9383

Fonte: Própria

TABELA 02 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ATUALIZADA E RECLASSIFICADA DE 2003 E 2004

DRE	2003		2004		
	Valor	AV	Valor	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL	131.057,14	1,1065	160.557,32	1,1113	1,2251
Venda de Mercadorias à Vista	78.400,65	0,6619	108.172,92	0,7488	1,3797
Venda de Mercadorias à Prazo	52.656,49	0,4446	52.384,40	0,3626	0,9948
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(12.615,58)	0,1065	(16.086,42)	0,1113	1,2751
DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	-	-	(72,75)	0,0005	-
IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	(12.615,58)	0,1065	(16.013,67)	0,1108	1,2694
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	118.441,56	1,0000	144.470,90	1,0000	1,2198
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(98.981,89)	0,8357	(106.555,00)	0,7376	1,0765
LUCRO BRUTO	19.459,67	0,1643	37.915,90	0,2624	1,9484
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(28.260,84)	0,2386	(30.970,93)	0,2144	1,0959
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(27.848,10)	0,2351	(31.700,60)	0,2194	1,1383
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(1.306,40)	0,0110	(841,33)	0,0058	0,6440
OUTRAS RECEITAS	893,66	0,0075	1.571,00	0,0109	1,7579
RESULTADO OPERACIONAL	(8.801,17)	0,0743	6.944,97	0,0481	1,7891
RESULTADO NÃO - OPERACIONAL	1.907,82	0,0161	763,91	0,0053	0,4004
LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	(6.893,35)	0,0582	7.708,88	0,0534	2,1183

Fonte: Própria

TABELA 03 - ANÁLISE POR MEIO DE ÍNDICES

ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL- ENDIVIDAMENTO

Participação de Capitais de Terceiros:	2003	12,54%	2004	11,94%
Composição do endividamento:	2003	100,00%	2004	100,00%
Imobilização do Patrimônio Líquido:	2003	4,24%	2004	3,78%
Imobilização dos Recursos Não-Correntes:	2003	4,24%	2004	3,78%

CAPITAL CIRCULANTE PRÓPRIO	2003	48.538,60	2004	46.012,79
----------------------------	------	-----------	------	-----------

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2003	48.538,60	2004	46.012,79
----------------------------	------	-----------	------	-----------

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Corrente:	2003	8,63	2004	9,06
Seca:	2003	5,18	2004	4,53
Geral:	2003	8,63	2004	9,06

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Giro do Ativo:	2003	2,08	2004	2,70
Margem Líquida:	2003	-5,82%	2004	5,34%
Rentabilidade do Ativo:	2003	-12,08%	2004	14,40%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido:	2003	-13,60%	2004	16,12%

ÍNDICES DE PRAZOS MÉDIOS

PMRE:	2003	80 dias	2004	87 dias
Rot. Estoques:	2003	4,50 vezes	2004	4,14 vezes
PMRV :	2003	107 dias	2004	32 dias
Rot. Duplic. Rec.:	2003	3,36 vezes	2004	11,25 vezes
PMPC:	2003	6 dias	2004	8 dias
Rot. Compras:	2003	60 vezes	2004	45 vezes

NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO	2003	31.973,20	2004	27.942,80
--------------------------------	------	-----------	------	-----------

CICLO OPERACIONAL (PMRE + PMRV)	2003	187 dias	2004	119 dias
---------------------------------	------	----------	------	----------

CICLO DE CAIXA (CICLO OPERACIONAL-PMPC)	2003	181 dias	2004	111 dias
--	------	----------	------	----------

Fonte: Própria

5. CONCLUSÃO

A análise de balanços tem como finalidade não apenas a identificação de aspectos negativos das entidades, mas o acompanhamento do seu desenvolvimento visando uma constante melhora por meio de propostas, como as efetuadas nesta pesquisa.

Neste estudo, foi apresentada a situação da empresa examinada nos anos de 2003 e 2004, bem como avaliada a evolução das decisões gerenciais percebidas nas variações das contas. Em face disto, realizou-se uma análise das demonstrações como técnica de compreensão da informação contábil.

Sugestões de reavaliação de alguns procedimentos como o adiantamento a fornecedores e também do planejamento estratégico tornaram possíveis a visualização dos diversos caminhos existentes, que ainda podem ser adotados.

Portanto, comprova-se a importância da análise de balanços para a sociedade em geral e, principalmente, para os gestores, destacando-se a necessidade da sua conscientização.

Se não realizada a análise de balanços como ferramenta gerencial, o empresário não perceberá a sua utilidade no dia a dia, desconhecendo a real situação da empresa e prejudicando o aumento dos resultados da mesma, deixando de exigir o cumprimento de uma obrigação pelo escritório de contabilidade: a prestação de informações gerenciais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. Trad. André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. São Paulo: Atlas, 2000.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços**. Rio de Janeiro: Suma Econômica, 1998.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 4.ed. revista e atualizada até abril de 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

____. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova Lei das S.A.**, Lei nº. 6404, de 15-12-1976. 15.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Portal Fundação Getúlio Vargas**.
<http://www2.fgv.br>. Acesso em 09 de nov. de 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HORNGREN, Charles T. **Introdução à contabilidade gerencial**. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo. 5.ed. Rio de Janeiro: PHB – Prentice Hall do Brasil, 1985.

ÍNDICE IGP-DI ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO/2005. www.debit.com.br/www.calculos.com/consulta20.php. Acesso em 09 nov. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

___ **Contabilidade gerencial.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações - aplicável às demais sociedades.** 5. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2000.

LI, David Hsiang-fu. **Contabilidade gerencial.** Trad. Danilo A. Nogueira. São Paulo: Atlas, 1977.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

___ **Contabilidade básica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

___ **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silverio das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 11.ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Frase Editora, 2002.

___ **Contabilidade básica.** 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Frase Editora, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

___ **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise.** São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PEREIRA, Plínio Edegar; SCARPARO, Antonio Sidinei. **Leitura e interpretação de balanços.** Porto Alegre: [s.n.], 1973.

PEREZ JUNIOR, José Hernández. **Conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antonio. **Elaboração das**

demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise.** São Paulo: Saraiva, 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos.** Curitiba: Juruá, 2005.

SÁ, A. Lopes de; SÁ, Ana M. Lopes de. **Dicionário de contabilidade.** 9.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial.** Trad. Alexandre Melo de Oliveira. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2002.

SEBRAE; FUBRA. Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/mortalidade_empresas/resumo_executivo.asp> Acesso em 28 abr. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2003 ATUALIZADO

Índice de Correção: IGP-DI : 1,8893		
Descrição	Valor	Valor Atualizado
ATIVO	107.772,47	57.043,60
Ativo Circulante	103.715,89	54.896,46
Disponibilidade	31.297,03	16.565,40
Caixa	6.462,87	3.420,77
Bancos Conta Movimento	2.299,11	1.216,91
Aplicações Financeiras	22.535,05	11.927,72
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	30.967,22	16.390,85
Convênios a Receber	8.103,71	4.289,27
Créditos	21.424,24	11.339,78
Cheques a Receber	21.424,24	11.339,78
Adiantamento para Fornecedores	1.439,27	761,80
Estoque de Mercadorias	41.451,64	21.940,21
Permanente	4.056,58	2.147,14
Imobilizado	4.056,58	2.147,14
Bens de Uso	11.464,36	6.068,05
Depreciação Acumulada	7.407,78	3.920,91
PASSIVO	107.772,47	57.043,60
Passivo Circulante	12.011,89	6.357,86
Obrigações a Curto Prazo	12.011,89	6.357,86
Fornecedores	3.411,02	1.805,44
Obrigações Trabalhistas	6.461,36	3.419,98
Obrigações Sociais	192,89	102,10
Obrigações Tributárias	1.946,62	1.030,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95.760,58	50.685,74
Capital Social	8.000,00	4.234,37
Reservas	87.760,58	46.451,37
Lucros Acumulados	100.876,40	53.393,53
Lucros e/ou Prej. Acumulados 2002	92,21	48,81

(-) Prejuízos Acumulados 2002	92,21	48,81
Lucros e/ou Prej. Acumulados 2003	13.023,61	6.893,35
(-) Prejuízos Acumulados 2003	13.023,61	6.893,35
Fonte: Própria		

APÊNDICE B - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2003
ATUALIZADA

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893				
RECEITA OPERACIONAL	Valor	Total	Valor Atualizado	Total Atualizado
Venda de Mercadorias à Vista	148.122,35		78.400,65	
Venda de Mercadorias à Prazo	99.483,91	247.606,26	52.656,49	131.057,14
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS		(23.834,61)		(12.615,58)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(187.006,49)		(98.981,89)
LUCRO BRUTO		36.765,16		19.459,67
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(49.788,77)		(26.353,02)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(52.613,41)		(27.848,09)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(2.468,19)		(1.306,41)
DESPESAS FINANCEIRAS		(2.152,57)		(1.139,34)
RECEITAS FINANCEIRAS		5.757,01		3.047,17
OUTRAS RECEITAS		1.688,39		893,65
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		13.023,61		6.893,35

Fonte: Própria

APÊNDICE C - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2004 ATUALIZADO

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893

Descrição	Valor	Valor Atualizado
ATIVO	101.131,16	53.528,38
Ativo Circulante	97.715,38	51.720,42
Disponibilidade	34.139,63	18.069,99
Caixa	8.228,63	4.355,39
Bancos Conta Movimento	3.282,96	1.737,66
Aplicações Financeiras	22.628,04	11.976,94
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	14.679,78	7.769,96
Convênios a Receber	8.893,39	4.707,24
Adiantamento para Fornecedores	5.786,39	3.062,72
Estoque de Mercadorias	48.895,97	25.880,47
Permanente	3.415,78	1.807,96
Imobilizado	3.415,78	1.807,96
Bens de Uso	11.447,08	6.058,90
Depreciação Acumulada	8.031,30	4.250,94
PASSIVO	101.131,16	53.528,38
Passivo Circulante	10.783,41	5.707,63
Obrigações a Curto Prazo	10.783,41	5.707,63
Fornecedores	4.375,11	2.315,73
Obrigações Trabalhistas	3.755,03	1.987,53
Obrigações Sociais	18,86	9,98
Obrigações Tributárias	2.634,41	1.394,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.347,75	47.820,75
Capital Social	8.000,00	4.234,37
Reservas	82.347,75	43.586,38
Lucros Acumulados	82.347,75	43.586,38

Fonte: Própria

APÊNDICE D - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2004
ATUALIZADA

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893

RECEITA OPERACIONAL	Valor	Total	Valor Atualizado	Total Atualizado
Venda de Mercadorias à Vista	204.371,10		108.172,92	
Venda de Mercadorias à Prazo	98.969,85	303.340,95	52.384,40	160.557,32
DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS		(137,45)		(72,75)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS		(30.254,62)		(16.013,67)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(201.314,37)		(106.555,00)
LUCRO BRUTO		71.634,51		37.915,90
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(57.070,13)		(30.207,02)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(59.891,94)		(31.700,60)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(1.589,52)		(841,33)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.933,74)		(1.023,52)
RECEITAS FINANCEIRAS		3.376,97		1.787,43
OUTRAS RECEITAS		2.968,10		1.571,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.564,38		7.708,88

Fonte: Própria

APÊNDICE E - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2003 ATUALIZADO E
RECLASSIFICADO

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893

Descrição	Valor Atualizado
ATIVO	57.043,60
Ativo Circulante	54.896,46
Disponibilidade	16.565,40
Caixa	3.420,77
Bancos Conta Movimento	1.216,91
Aplicações Financeiras	11.927,72
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	16.390,85
Convênios a Receber	4.289,27
Créditos	11.339,78
Cheques a Receber	11.339,78
Adiantamento para Fornecedores	761,80
Estoque de Mercadorias	21.940,21
Permanente	2.147,14
Imobilizado	2.147,14
Bens de Uso	6.068,05
Depreciação Acumulada	3.920,91
PASSIVO	57.043,60
Passivo Circulante	6.357,86
Obrigações a Curto Prazo	6.357,86
Fornecedores	1.805,44
Obrigações Trabalhistas	3.419,98
Obrigações Sociais	102,10
Obrigações Tributárias	1.030,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.685,74
Capital Social	4.234,37
Reservas	46.451,37
Lucros Acumulados	46.451,37

Fonte: Própria

APÊNDICE F - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2003
ATUALIZADA E RECLASSIFICADA

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893		
RECEITA OPERACIONAL	Valor Atualizado	Total Atualizado
Venda de Mercadorias à Vista	78.400,65	
Venda de Mercadorias à Prazo	52.656,49	131.057,14
<hr/>		
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS		(12.615,58)
<hr/>		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		118.441,56
<hr/>		
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(98.981,89)
<hr/>		
LUCRO BRUTO		19.459,67
<hr/>		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(28.260,84)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(27.848,10)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(1.306,40)
OUTRAS RECEITAS		893,66
<hr/>		
RESULTADO OPERACIONAL		(8.801,17)
<hr/>		
RESULTADO NÃO - OPERACIONAL		1.907,82
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(6.893,35)

Fonte: Própria

APÊNDICE G - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2004 ATUALIZADO E
RECLASSIFICADO

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893

Descrição	Valor Atualizado
ATIVO	53.528,38
Ativo Circulante	51.720,42
Disponibilidade	18.069,99
Caixa	4.355,39
Bancos Conta Movimento	1.737,66
Aplicações Financeiras	11.976,94
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	7.769,96
Convênios a Receber	4.707,24
Adiantamento para Fornecedores	3.062,72
Estoque de Mercadorias	25.880,47
Permanente	1.807,96
Imobilizado	1.807,96
Bens de Uso	6.058,90
Depreciação Acumulada	4.250,94
PASSIVO	53.528,38
Passivo Circulante	5.707,63
Obrigações a Curto Prazo	5.707,63
Fornecedores	2.315,73
Obrigações Trabalhistas	1.987,53
Obrigações Sociais	9,98
Obrigações Tributárias	1.394,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.820,75
Capital Social	4.234,37
Reservas	43.586,38
Lucros Acumulados	43.586,38
Fonte: Própria	

APÊNDICE H - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2004
ATUALIZADA E RECLASSIFICADA

Índice de Correção: IGP-DI: 1,8893

RECEITA OPERACIONAL	Valor Atualizado	Total Atualizado
Venda de Mercadorias à Vista	108.172,92	
Venda de Mercadorias à Prazo	52.384,40	160.557,32
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS		(16.086,42)
DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	(72,75)	
IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	(16.013,67)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	144.470,90	
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(106.555,00)	
LUCRO BRUTO	37.915,90	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(30.970,93)	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(31.700,60)	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(841,33)	
OUTRAS RECEITAS	1.571,00	
RESULTADO OPERACIONAL	6.944,97	
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	763,91	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.708,88	

Fonte: Própria

ANEXOS

ANEXO A

Fonte: Demonstrações contábeis originais

ANEXO B

Fonte: Demonstrações contábeis originais

ANEXO C

Fonte: Demonstrações contábeis originais

ANEXO D

Fonte: Demonstrações contábeis originais